

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

***MULHERES DE PERIFERIA:
TECENDO REDES NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA***

SIOMARA APARECIDA MARQUES

FLORIANÓPOLIS - SC, DEZEMBRO DE 1996.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

***MULHERES DE PERIFERIA:
TECENDO REDES NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política, sob orientação da Profa. Dra Ilse Scherer-Warren.

SIOMARA APARECIDA MARQUES

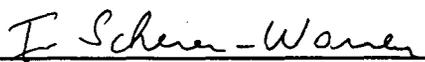
FLORIANÓPOLIS - SC, DEZEMBRO DE 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

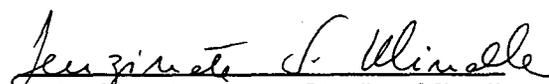
**“MULHERES DE PERIFERIA:
TECENDO REDES NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA”**

Siomara Aparecida Marques

Esta Dissertação foi julgada e aprovada
em sua forma final pela Orientadora e
Membros da Banca Examinadora,
composta pelos Professores:



Profª. Dra. Ilse Scherer-Warren
Orientadora

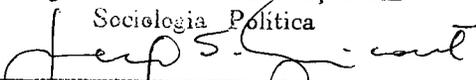


Profª. Dra. Luzinete Simões Minella
Membro



Profª. M.Sc. Cláudia Lima Costa
Membro

Florianópolis, dezembro de 1996.
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política


Profª. Drª. Julia S. Guivant
Coordenadora

Carinhosamente à dona Sebastiana, minha mãe.

“Pobre da democracia que construir as necessidades, os direitos e a participação de seus cidadãos a partir de uma identidade social única”.

Eleni Varikas

AGRADEÇO:

À Profa Ilse, pela orientação e pelo aprendizado em pesquisa acadêmica quando trabalhei no Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, meu carinho e amizade.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política pelo estímulo e orientações.

Às mulheres e aos homens membros das Associações de Moradores - APROCOM e AMSOL, pela atenção e acolhida no decorrer da pesquisa.

À Lúcia, Scheila, Marlene, Valeska, Renata, Ana Paula, Ivete, Dalva e Zé, pelo incentivo e paciência.

À Karine pela revisão cuidadosa do texto final.

Aos colegas da UNISUL, especialmente às colegas do Curso de Serviço Social, pela compreensão e força.

Aos meus familiares pelo apoio e carinho, e em especial à Silvana pela transcrição das entrevistas.

A todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a construção deste trabalho.

Ao CNPq pelo apoio financeiro.

RESUMO

O presente estudo, tem como objetivo analisar a participação política das mulheres de periferia que atuam nas Associações de Moradores - APROCOM e AMSOL - do bairro Saco Grande II, na Grande Florianópolis. A análise privilegia a transformação das relações de gênero nas esferas pública e privada a partir do cotidiano das mulheres. Essa transformação é mais visível na esfera pública devido a participação das mulheres no mercado de trabalho e nos movimentos sociais. Ao saírem dos limites do privado, as mulheres tornam público os problemas vividos no espaço doméstico e neste âmbito questionam a divisão social do trabalho e as relações de poder na família. Na associação de moradores a luta por melhores condições de vida passa pelo confronto com o poder público. Por isso, as redes interpessoais e de organização desenvolvem estratégias de ação frente ao Estado. Nesse processo de participação na esfera pública, a associação de moradores torna-se espaço para o exercício e a construção da cidadania.

ABSTRAT

The purpose of this study is to analyze the political participation of women in the periphery who are active in the residents associations APROCOM and AMSOL in the neighborhood of Saco Grande II, in Florianópolis, Santa Catarina. The analysis focuses on the transformation of gender relations in the public and private spheres, beginning from the daily lives of these women. This transformation is more visible in the public sphere due to the participation of these women in the labor market and in the social movements. Upon leaving the limits of private space, the women make public the problems experienced in domestic space and in the public realm question the social division of labor and the power relationships within the family. In the residents associations, the struggle for better living conditions is evident in the conflict with government entities. For this reason, the interpersonal networks and organizations develop strategies of action to confront the State. In this process of participation in the public sphere, the resident associations become spaces for the exercise and construction of citizenship.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	ii
ABSTRAT	iii
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	
Movimentos de Mulheres e Mulheres em Movimentos	22
Introduzindo o tema	23
1.1 A Associação Pró-Comunidade do Monte Verde - APROCOM	27
1.2 A Associação de Moradores do Morro do Sol Nascente - AMSOL	30
1.3 As redes entre vizinhança e organizações como estratégia de ação coletiva	33
CAPÍTULO 2	
O Cotidiano das Mulheres	39
2.1 O cotidiano das mulheres que participam da APROCOM e AMSOL..	40
2.2 A falta de serviços públicos: um dos fatores da sobrecarga das tarefas domésticas	46
2.3 As relações na família	50
CAPÍTULO 3	
A Participação das Mulheres nas Associações de Moradores	56
3.1 Um jeito diferente de fazer política	57
3.2 O cargo não é importante	63
CAPÍTULO 4	
Mulher e Política	67
4.1 O que é a política para as mulheres e os homens das associações de moradores APROCOM e AMSOL	68
4.2 Movimentos e organizações sociais: espaços de visibilidade das questões de gênero	76
4.3 A cidadania é uma conquista cotidiana	78
4.4 A associação de moradores como espaço para o exercício de cidadania e reconhecimento público	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
LISTA DE SIGLAS	97

INTRODUÇÃO

Com o presente trabalho de pesquisa, propõe-se demonstrar como a inserção da mulher na esfera pública, a partir de sua experiência nos movimentos e organizações sociais, têm modificado a visão do papel da mulher tanto na família, no trabalho, no seu local de moradia, como na sociedade de modo geral.

Este trabalho tem também o propósito de enriquecer a reflexão já em curso na literatura acadêmica e nos movimentos sociais, sobre os limites e as possibilidades de participação política da mulher, no caso aqui específico, da mulher de periferia participante nas organizações de bairro.

Muitas pesquisas sobre a mulher, já abordaram a questão da participação política. Algumas abordagens, privilegiaram o estudo sobre a participação da mulher em relação às instituições formais - como por exemplo o parlamento. Outras enfatizaram a participação política da mulher somente nos movimentos sobre questões específicas, como reprodução, violência contra a mulher, ou naqueles nos quais há participação exclusiva de mulheres e que foram chamados de movimentos de mulheres.

Observa-se que a participação das mulheres não se dá apenas nesses movimentos. Elas estão presentes nos movimentos de ocupações urbanas, de saúde, no movimento sem-terra, nas ONGs (organizações não-governamentais), no movimento sindical, nas associações de moradores, só para citar alguns.

Com relação aos movimentos urbanos, mais especificamente nos de periferia como movimento dos sem-tetos e associações de moradores, as mulheres há muito participam ativamente. Nesses movimentos, a participação política das mulheres merece um estudo particular, pois parece ligada às formas de constituição e análise da representação das mulheres na esfera pública.

Nesse sentido, o problema levantado para a pesquisa surge da preocupação em contribuir com os estudos relacionados ao tema da participação

política da mulher, mais especificamente neste trabalho, com a participação das mulheres nos movimentos e organizações de periferias urbanas.

Para uma análise mais precisa sobre a participação política da mulher, a área de inserção da pesquisa se limitou à experiência das mulheres nas associações de moradores do Bairro Saco Grande II, APROCOM (Associação Pró-Comunidade do Monte Verde) e AMSOL (Associação de Moradores do Morro do Sol Nascente). Ambas associações situam-se na periferia da Grande Florianópolis.

Dentre as sete organizações de moradores (cinco associações, um centro e um conselho comunitário) existentes no bairro Saco Grande II, a escolha das associações de moradores APROCOM e AMSOL, deu-se em função de três fatores:

- a)* a situação geográfica e distribuição da população em áreas distintas do bairro: a região da APROCOM situa-se num nível mais plano e de fácil acesso e a população está praticamente distribuída em dois conjuntos habitacionais; já a região da AMSOL, está situada nas encostas dos morros e a distribuição da população caracteriza-se basicamente por uma ocupação desordenada;
- b)* por apresentarem problemas diferentes de infra-estrutura urbana;
- c)* por se encontrarem em níveis diferenciados de organização;
- d)* por serem atuantes e terem uma certa representatividade política no bairro.

Inicialmente, este estudo sobre a participação política das mulheres de periferia, pretende analisar a experiência das mulheres nas organizações do bairro Saco Grande II - APROCOM e AMSOL-, tendo como eixo a dimensão de gênero e as interrelações entre público e privado.

Com o propósito de verificar como se constitui a trama de relações na esfera pública e privada, procurou-se enfatizar na análise:

- a) como se formam as redes interpessoais e associativistas no cotidiano do bairro;
- b) a participação das mulheres nas associações de moradores como fator de transformação nas relações de gênero;
- c) a construção da cidadania a partir das experiências vividas no cotidiano.

Com o objetivo de compreender a influência do gênero na prática política das mulheres de periferia, elaborou-se as seguintes hipóteses:

- a) As redes associativistas e interpessoais se formam a partir das relações informais vivida pela mulher no cotidiano do bairro.
- b) As lutas e reivindicações das mulheres de periferia por melhores condições de infra-estrutura urbana não se associam a interesses em ocupar cargos na diretoria das associações de moradores.

Para o presente estudo, faz-se necessário explicitar alguns conceitos aqui utilizados para análise como: gênero, a questão do público e privado, política, redes interpessoais e de movimentos.

Estudos precedentes¹ sobre a participação da mulher em organizações de periferias urbanas, mostram a luta frente ao Estado por infra-estrutura e serviços públicos de qualidade para as camadas populares.

À medida que as cidades se expandem, aumentam também os problemas devido a precariedade dos serviços de infra-estrutura urbana e a

¹ Ver principalmente os trabalhos de CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984; MACEDO, Carmem Cinira. *Tempo de gênese: o povo das Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1986. VIEZZER, Moema. *O problema não está na mulher*. São Paulo: Cortez, 1989.

degradação do meio ambiente, principalmente para as populações de baixa renda, deslocadas para as periferias devido ao êxodo rural ou à especulação imobiliária.

A falta de saneamento básico, de coleta e controle do lixo, de abastecimento de água potável, a contaminação do solo e do ar por agentes poluidores, tendem a agravar a situação das populações urbanas.

Dentro deste quadro, a população pobre é a mais seriamente afetada e uma das características mais notáveis da pobreza atual é a crescente e desproporcionada pobreza das unidades familiares onde a mulher é chefe de família, devido ao abandono por parte de seus companheiros ou separação conjugal legal - divórcio. As estatísticas no Brasil² apontam que em torno de 20% das famílias estão sendo sustentadas exclusivamente por mulheres.

As tradicionais restrições sociais e econômicas ao trabalho da mulher das classes populares, repercute, entre outras conseqüências, em seus baixos salários. Para garantir sua sobrevivência e dos seus, a mulher se vê obrigada a trabalhar fora, ao mesmo tempo cuidar dos afazeres domésticos, enfrentando no cotidiano a escassez de serviços públicos, como por exemplo, a falta d'água, a falta de creches para deixair as crianças quando sai para o trabalho, sobrecarregando ainda mais sua jornada de trabalho.

Enquanto viviam isoladas em seu mundo doméstico (algumas organizações como os clubes de mães reforçavam essa condição), as mulheres se negavam a discutir sobre a realidade do país e sobre a política. Política era vista como 'coisa de homem'. O mundo público não lhes dizia respeito. A esfera da política era tida como extremamente racional, impessoal. Identificavam o universo doméstico como o lugar onde permeia a igualdade e a solidariedade, contrário ao espaço público dos governantes onde a disputa pelo poder vem em detrimento de uma política voltada à ética e ao coletivo.

² Segundo o IBGE, a variável "características dos chefes de domicílios", aponta que em torno de 20% das famílias (6,3 milhões de mulheres comparado a 28,4 milhões de homens chefes de família) estão sendo sustentadas economicamente, exclusivamente por mulheres. *Senso de 1991*. Fundação Instituto de Geografia e Estatística - IBGE.

Alvarez (1990), observa que ao saírem do doméstico para o público, as mulheres percebem uma contradição maior de sua condição de subordinação. Descobrem a ausência de políticas públicas quando entram em confronto direto com um Estado autoritário e uma política também autoritária - no caso brasileiro nos anos 60-70, entram em confronto com o autoritarismo militar, e com o neoliberalismo autoritário que começa a ser implantado nos anos 70-80³.

Com a crise econômica e do Estado de bem estar social, que eclodiu no início dos anos 70, assiste-se à emergência de novos atores sociais: os novos movimentos sociais. Estes novos atores não restringem seu alvo de luta apenas ao mundo das relações de produção (capital e trabalho), mas a todas as formas de opressão e autoritarismo nas relações sociais de gênero, raça e o combate à lógica perversa de destruição do meio ambiente⁴.

Nesse período de transformações sociais, políticas e econômicas, os movimentos sociais passam por um processo de redefinição organizacional, de atuação e de construção de novas identidades.

É nesse contexto e sob a influência dos novos movimentos organizados nos países industrializados - movimento feminista, ecológico, pacifista, étnico - que os movimentos sociais no Brasil vão buscar novas formas de identidades coletivas e novas alternativas de viver. Entre os movimentos que definem esse cenário, Touraine (In: Scherer-Warren, 1989) considera o movimento de mulheres um dos melhores exemplos em que se manifesta o potencial de transformação de valores éticos e morais nas relações sociais.

O impacto dos novos movimentos sociais, segundo Alvarez (1992),

ocorre sobre a democratização da vida cultural, social, econômica e política: isso é de especial importância com relação ao terreno da vida cotidiana, pois é neste nível, que muitas das atuais formas de protesto surgem e exercem sua função e influência. (Alvarez, 1992:4)

³ Ver ALVAREZ, Sônia. *Engendering political change. Engendering democracy in Brasil*. New Jersey: Princeton University Press, 1990. pp. 260-74.

⁴ Sobre a emergência dos novos movimentos sociais ver SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (Orgs). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

No Brasil, um dos exemplos de formas de luta que têm por base o cotidiano, é o movimento feminista e de mulheres. O movimento de mulheres é caracterizado em vários estudos⁵ como um movimento popular formado a partir de setores da Igreja Católica ligados às Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, que exerceram forte influência nas organizações de mulheres agricultoras, clubes de mães de periferias, associações de moradores. Estes grupos de mulheres encontram-se mais ligados aos movimentos populares e não seguem orientação feminista diretamente.

Os grupos de mulheres de periferia tendem a organizar-se fundamentalmente para a execução de serviços comunitários. Participam de clubes de mães e associações de moradores.

De um ponto de vista mais generalizado dos movimentos, o fenômeno da ação e presença das mulheres nos movimentos sociais, têm sido interpretado como sendo uma extensão do papel doméstico tradicional da mulher. Investigações sobre a participação das mulheres de camadas populares - tanto em grupos específicos como nos movimentos e organizações em geral - têm constatado que as organizações de periferia tornam-se espaços sociais em que a motivação das participantes é ponto de partida tanto para repensar seu papel tradicional da vida doméstica, quanto a sua participação política.

As lutas e reivindicações das mulheres por qualidade de vida, parte das experiências vividas na esfera privada. O discurso que separa a mulher da política, parece legitimar a idéia de que seus movimentos reivindicativos seriam prolongamentos de seu papel mais tradicional vistos como 'coisa de mulher' (Caldeira, 1984).

Apesar da participação das mulheres não mudar a visão tradicional de política, há algo distinto na forma como fazem política. Seus esforços, quando organizadas em movimentos ou entidades (como associações de moradores), são

⁵ Ver especialmente os trabalhos de MARTINS, Clítia H. B. *Mulher e política: as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 1987; CASAGRANDE, Jacir L. *Movimentos sociais do campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 1991.

conduzidos por suas experiências nas relações privadas. "Atuam no sentido de integração comunitária e providência de serviços públicos que acarretam uma certa incorporação ao sistema político" (Touraine,1984:270).

Neste aspecto, a participação política da mulher, segundo algumas feministas, tende a interrelacionar as esferas do público e privado. Ao sair de casa para integrar frentes de movimentos e organizações, ou para trabalhar, "a mulher passa do universo de uma esfera privada para uma esfera pública" (Lobo,1993:68).

O conceito de divisão social do trabalho tem sido utilizado pelas feministas como o que melhor explicita a noção de esfera pública e esfera privada. Às mulheres, tradicionalmente desempenharam seu papel no âmbito doméstico e da reprodução, a esfera privada. Quanto aos homens sua ação acontece no âmbito da produção, da decisão, do controle social, a esfera pública. Essas desigualdades sociais têm colocado limites à atuação pública das mulheres.

Segundo Jelin (1987:317), o acesso à esfera pública, requer um resgate público e político do papel doméstico da mulher. Como administradora do consumo familiar, a mulher entra em contato com o mercado e com o Estado como prestador de serviços. Através da experiência no cotidiano, organiza e articula sua luta por melhores condições de vida.

Nesta perspectiva, a tênue separação entre público e privado, se manifesta na saída pública da mulher a partir do papel tradicional vivenciado em seu cotidiano. Para uma melhor compreensão de como se processa a transversalidade entre público e privado no espaço do cotidiano, faz-se necessário a ampliação do conceito de política, que segundo Baquero (1981),

envolve não só a ação institucional, mas inclui atividades convencionais tais como votar em eleições ou pertencer a partidos políticos, e atividades não convencionais que empregam métodos de reivindicações como greves, protestos, etc. (Baquero, 1981:30)

Essa visão ampliada de política, possibilita pensarmos a redefinição dos espaços de atuação e participação das mulheres através de um enfoque integrador: gênero e as interrelações entre o público e o privado.

Assim como a distinção entre público e privado, as relações de gênero são construídas socialmente.

Partindo do pressuposto de que o gênero é também uma metodologia de investigação e não apenas uma teoria, Scott (1990) aponta para a necessidade de se questionar nas pesquisas como o gênero constrói a política e como a política constrói o gênero. A autora propõe o gênero como uma categoria de análise que tende a clarificar hipóteses e explicar como pensar a mundança. A partir desta noção, gênero é definido como “um elemento constitutivo de relações fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1990:14).

Para a primeira proposição a autora desenvolve quatro elementos que implicam na análise do gênero:

- representações simbólicas;
- os conceitos normativos da eterna oposição binária entre masculino e feminino;
- a análise de gênero deve incluir uma noção de política e uma referência às instituições e organizações sociais; e
- o exame das maneiras pelas quais as identidades de gênero são construídas.

A segunda proposição - a que mais interessa para as análises desta investigação - aborda o gênero como o primeiro campo por meio do qual o poder é articulado. Essa concepção de gênero elaborada por Scott tem como objetivo clarificar e concretizar como se deve pensar o gênero nas relações sociais e institucionais.

Neste sentido, o conceito de gênero como modo de dar significado às relações de poder, torna-se flexível permitindo focar o gênero nas interrelações de público e privado.

Outro aspecto a ser analisado na pesquisa, é como se dá o processo de constituição de redes de relações sociais, tecida pelas mulheres e as associações de moradores - APROCOM e AMSOL - do bairro Saco Grande II.

Para esta análise, pretende-se trabalhar com noções de redes que têm por foco as relações interpessoais e as articulações de movimentos e organizações sociais.

A noção de rede de relações interpessoais, privilegia os elos constituídos no cotidiano dos indivíduos - vizinhança, família, amizade, trabalho, etc - circunscritos a um local delimitado geograficamente como por exemplo, o bairro. As redes de relações interpessoais tendem a se caracterizar por serem “relações semi-formalizadas, podendo se formar e se dissolver em cada sociedade” (Scherer-Warren, 1995b: 5).

Esta noção de rede tem sido utilizada no campo dos movimentos sociais, pela antropologia, sob os termos: “redes sociais”⁶ ou “redes primárias”⁷.

No que se refere à abordagem sociológica dos movimentos sociais, a noção de redes se divide basicamente em duas perspectivas teóricas:

a teoria da mobilização de recursos (TMR) de tradição americana e a teoria dos novos movimentos sociais (TNMS) de tradição européia. A primeira procura investigar como os recursos, no caso os atores coletivos, foram mobilizados para a formação de redes. A segunda, têm utilizado a noção de redes para caracterizar o campo ou tipos de articulações políticas, ideológicas ou simbólicas entre os atores. (Scherer-Warren, 1995b: 6-7)

⁶ Conforme SCHERER-WARREN, Ilse. *Cadernos de Pesquisa*, 5. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC, 1995b.

⁷ Conforme LOIOLA e MOURA (1995: 4), as redes primárias servem para “indicar formas específicas de interação entre indivíduos de determinados agrupamentos. LOIOLA, E. e MOURA, S. *Análise de rede(s): uma contribuição aos estudos organizacionais*. 1995. (mimeo)

Ambas abordagens aqui referidas - antropológica e sociológica - podem ser incorporadas à noção de redes. A idéia de redes também vem sendo utilizada pelos atores coletivos e movimentos sociais como o que a autora denomina de: “o conceito propositivo de redes”. (ibdem, p. 9).

Para utilizar o “conceito propositivo de redes”, Scherer-Warren propõe analisar três aspectos na constituição de redes de movimento:

1) a forma de mobilização de recursos humanos que se estabelecem entre os atores sociais - ONGs, movimentos populares, cidadãos, líderes políticos, etc (...); 2) a estratégia de organização e da ação - verificar qual a forma de institucionalização das redes (...); 3) o efeito multiplicador - avaliar o poder de irradiação do ideal de democratização proposto, considerando-se os processos políticos sob a forma de redes (...). (idem, p. 10-11)

A partir desta exposição, entende-se que a constituição de redes corresponde a articulações entre atores tanto no nível interpessoal, como dos movimentos e organizações sociais.

Estas redes de movimentos podem ser definidas como interações horizontais e práticas sócio-políticas pouco formalizadas ou institucionalizadas, entre organizações da sociedade civil, grupos e atores informais, engajados em torno de conflitos ou de solidariedades, de projetos políticos ou culturais comuns, construídos em torno de identidades e valores coletivos. (Scherer-Warren, 1994:10).

A complexidade com que se configuram as relações sociais entre movimentos, organizações e indivíduos no mundo contemporâneo, requer uma metodologia que procure abordar as diversas facetas dessas relações, por isso compreende-se que a metodologia de redes torna-se um importante instrumento de análise neste trabalho.

O uso da metodologia de redes nos movimentos sociais é relativamente recente. Com a ‘abertura política’ nos anos 80, os movimentos passam a ter um alcance político limitado de suas ações e entram num processo de redefinição do campo de conflito - antes polarizado entre Estado e sociedade

civil - e que agora traz à tona uma realidade mais complexa onde aparecem outros atores em cena.

Em meados da década de 80, movimentos e organizações sociais “se reorientam e passam a participar de redes mais amplas de pressão e resistência”. Nos anos 90, as redes passam a ser elementos fundamentais para “compreensão e análise da ação política das organizações e movimentos” (Scherer-Warren, 1993:116).

I

A escolha do tema desta pesquisa, deve-se à influência de minha experiência como militante nos movimentos sociais e ao trabalho desenvolvido na graduação junto ao Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da UFSC, coordenado pela Profa. Dra. Ilse Scherer-Warren. Neste âmbito desenvolvi a monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais, intitulada: “A questão do gênero nos movimentos sociais em Florianópolis”.

A presente pesquisa consta de um estudo de caso e tem como abrangência as redes de interrelações constituída pelas mulheres no âmbito interno e externo das associações de moradores do bairro Saco Grande II.

Para obtenção dos dados específicos desta pesquisa, procurou-se utilizar o método da observação direta não-participante, acompanhando-se as atividades das associações do bairro, tais como: reuniões, assembléias, mutirões, eleições para diretoria, audiência com órgãos públicos e encontros comunitários. Nesse momento da pesquisa, o diário de campo (prática antropológica de elaboração etnográfica) foi instrumento de coleta de dados.

Outro recurso utilizado foi o de entrevistas estruturadas. Foram realizadas um total de doze entrevistas dando prioridade a um maior número de entrevistas com mulheres. A amostragem limitou-se aos integrantes da direção

das duas associações de moradores - APROCOM e AMSOL, com o objetivo de melhor se aprofundar as questões propostas para esta pesquisa.

A partir da sistematização dos dados da pesquisa, dividiu-se este trabalho em quatro capítulos.

No primeiro procurou-se estabelecer uma relação entre o processo de participação política das mulheres ocorrido nas três últimas décadas nos movimentos e organizações sociais, e as mulheres participantes das associações de moradores no bairro Saco Grande II.

No segundo serão abordados alguns aspectos do cotidiano de mulheres e homens que participam nas associações de moradores e os problemas do bairro que atingem a esfera privada - o doméstico.

O terceiro capítulo trata de demonstrar como as mulheres participam nas associações de moradores e a constituição de redes como forma de fazer política.

No quarto capítulo, discuti-se a participação das mulheres na esfera pública como fator que tende a ampliar a dimensão da política e a associação de moradores como espaço para o exercício de cidadania.

Este trabalho não têm a pretensão de esgotar as discussões sobre o tema mulher e política, muito pelo contrário, lacunas sempre ficam abertas, pois a realidade é fonte inesgotável de inspiração a outras interpretações.

CAPÍTULO 1



Movimentos de Mulheres e Mulheres em Movimentos

Introduzindo o Tema

Para uma maior compreensão de como a mulher de periferia urbana se insere num processo de participação política, é necessário entender como ocorreu esse processo num contexto mais amplo do movimento de mulheres no Brasil.

Nos últimos trinta anos a participação da mulher no campo da política institucional ou no campo dos movimentos sociais se constituiu um fator de mudança na concepção dos papéis sociais atribuídos ao feminino. Tal avanço torna-se visível no crescente número de mulheres que hoje participam do parlamento, nos diversos movimentos e organizações sociais como o sindicalismo, o movimento ecológico, o movimento dos sem-terra e sem-teto, os movimentos de bairro, o movimento feminista, o movimento negro e as organizações não-governamentais.

Muito antes do movimento feminista se organizar no país, as mulheres já vinham se articulando nas CEBs e nas associações de moradores. No auge do regime autoritário a repressão política se intensifica nas universidades, nas fábricas e nos sindicatos. A resistência passa a encontrar espaço nos bairros de periferia e em organizações majoritariamente de mulheres. São elas que sob a repressão vão reclamar ao Estado soluções à falta de escolas e creches, ao custo de vida e aos baixos salários. O Movimento Contra a Carestia de Vida em São Paulo é um exemplo de luta das mulheres organizadas nos bairros, na segunda metade da década de 70⁸.

Com o fim do regime autoritário imposto pelos militares, o movimento feminista, gestado na clandestinidade dentro do país, ganha visibilidade e força com a adesão das “retornadas” da Europa (Goldberg,

⁸ Conforme TELES (1993:76), “o Movimento do Custo de Vida foi o primeiro movimento popular e de massas após o AI-5. No início era dirigido por mulheres da periferia e por setores da Igreja. Mais tarde mudou seu nome para Movimento Contra a Carestia e nessa época já se encontrava principalmente sob a direção de sindicalistas e de agrupamentos políticos”.

1989:53)⁹. As feministas não restringem sua luta apenas aos seus grupos organizados, vão para os bairros ao encontro das mulheres nos seus mais diversos grupos e organizações. Suas idéias feministas passaram a influenciar a pauta das reuniões. Nas discussões, os temas começam a girar em torno de questões como a maternidade, a saúde da mulher, os filhos, chegando às denúncias das dificuldades que enfrentavam com a falta de água, de esgoto, de segurança e a ausência de serviços públicos em geral.

Neste período, os movimentos feministas e de mulheres¹⁰ surgem em diversas regiões do país. “Suas próprias organizações autônomas, permitiu às mulheres desenvolver identidades sociais para incorporar-se ao sistema político com sua própria agenda” (Schmukler, 137:1995). Na luta pelo direito de participar do poder, estes movimentos se constituíram em espaços de publicização da esfera privada. Seus problemas específicos como violência doméstica, sexualidade, aborto, começam a ser percebidos pelas suas condições de vida e de trabalho.

Com a disseminação do feminismo, muitos valores e concepções sobre o papel social de mulheres e homens vem se transformando. Mesmo não se considerando feministas, as mulheres que participam das organizações de periferia voltam suas ações para o plano da democratização social, trazendo a público problemas enfrentados no seu cotidiano em decorrência da falta de planejamento e de infra-estrutura urbana, de dificuldades de acesso a serviços públicos de qualidade (como postos de saúde, creches) e de preservação do meio ambiente.

⁹ Conforme a análise de GOLDBERG sobre a trajetória acadêmica e do movimento feminista no Brasil “a lei da Anistia de 1979 permitiu o retorno ao país de muitas mulheres que durante o exílio haviam tomado contato com a experiência dos movimentos de liberação europeus e que tinham se convertido a um feminismo um pouco diferente do que se vinha praticando no país. (...) essas “retornadas” ingressam nas associações feministas e em grupos de mulheres, contribuindo para a introdução de um debate sobre as relações sexos/gêneros, o feminismo e seu vínculo com a mudança social e política, sobre questões de igualdade e diferença, pluralismo e autonomia”. In: GOLDBERG, Anette. *Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político*. BIB. Vértice: Rio, n. 28, 1989.

¹⁰ ALVAREZ, Sônia et al, falam de diversos feminismos e feministas na América Latina e no Brasil, de mulheres diluídas nos movimentos que levam as lutas pela emancipação e cidadania das mulheres. In: _____. *Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo*. *Revista Estudos Feministas*. Rio: CIEC/UFRJ, n.2, 1994. pp. 255-95.

O modelo sócio-econômico tem contribuído nas últimas décadas para um crescimento desordenado das cidades, sem o mínimo de planejamento urbano e de proteção ao meio ambiente. Grande parte dos investimentos em infraestrutura têm sido aplicados nos centros das cidades e nas áreas industriais, em contraste com as áreas periféricas onde se concentram as grandes massas populares e onde os serviços públicos são mais precários.

A falta de atenção dos governantes no que se refere às políticas públicas que contemplem a urbanização das áreas periféricas das cidades, é um dos fatores que tem levado as populações a se organizarem em associações de moradores, centros comunitários, grupos de mães e pastorais. Muitos dos serviços públicos foram conquistados nos bairros através da luta e reivindicações dessas organizações de moradores.

Dentro deste quadro, as associações de moradores passam a se constituir em espaços privilegiados de reivindicações comunitárias. A trajetória política dessas organizações passa pela constatação de que o sistema sócio-político-econômico vigente não contempla grandes parcelas de populações de periferias urbanas nas políticas públicas e de desenvolvimento. Além de um crescente empobrecimento, estas populações convivem com a mínima infraestrutura e serviços públicos.

Engajada nos movimentos populares, as mulheres passam a organizar e integrar as associações de moradores, principalmente na periferia urbana, com o objetivo de reivindicar melhor qualidade de vida para sua família e para seu local de moradia, o bairro.

Diante da escassez e falta de serviços públicos, as organizações de mulheres e de periferia voltam suas demandas ao poder público local. A dificuldade de se fazer ouvir nos programas e planejamentos políticos urbanos, faz com que adotem uma estratégia de articulação entre atores a nível informal (outros movimentos sociais, ONGs) e formal (órgãos estatais, sindicatos e partidos), tanto do bairro como da cidade. A dinâmica da luta das mulheres do

bairro Saco Grande II por melhores condições de vida, não foge da trajetória dos movimentos populares acima descrito.

I

Antes de falar sobre o processo de inserção das mulheres nos movimentos de periferia, convém situar as organizações no bairro Saco Grande II¹¹, onde se desenvolve a pesquisa, abordando os seguintes aspectos: localização, ocupação, população, origem e estágio atual de formação das organizações, composição das diretorias, projetos e conquistas.

Tanto a APROCOM como a AMSOL localizam-se no bairro Saco Grande II em regiões geograficamente distintas. A primeira situa-se numa área mais baixa e plana do bairro, de fácil acesso. Já a segunda, encontra-se numa área de encostas, próxima à reserva ecológica da Mata Atlântica.

Quanto à ocupação das duas regiões do bairro, não ocorreu de forma diferente da ocupação no interior da Ilha, geralmente feitas em função do solo e dos mananciais aquíferos. A presença do significativo manancial aquífero nas encostas do bairro Saco Grande II e a sua localização não muito distante do centro da cidade, possibilitaram a concentração de moradores nesta área, principalmente nos morros do Atanásio, Balão, Sol Nascente, Barreira do Janga, Monte Verde e da Cruz Alta (Wosny, 1994).

Em termos de infra-estrutura, a região da APROCOM foi favorecida com o mínimo de planejamento urbano, abrangendo dois conjuntos habitacionais da COHAB - Monte Verde e Parque da Figueira. A região da AMSOL caracteriza-se por uma área de ocupação desordenada onde não havia o mínimo de infra-estrutura urbana.

Além do espaço geográfico e nível de infra-estrutura urbana distintos, estas associações compreendem uma população proveniente de diversas

¹¹ O nome do bairro Saco Grande é de origem açoriana. Saco significa baía, enseada. O bairro leva esse nome por estar localizado numa enseada.

partes do interior do Estado, do sul do País e os nativos da Ilha. A parte da população que habita o Morro do Sol Nascente caracteriza-se por um grande contingente de migrantes provenientes do interior do Estado, principalmente das regiões do Planalto e Oeste Catarinense, e também do interior do Paraná. Muitos destes migraram para Florianópolis a procura de emprego. Outra parte que habita a região do Monte Verde, é composta tanto por migrantes, como por descendentes de colonizadores portugueses - os chamados nativos da Ilha.

1.1 - A Associação Pró-Comunidade do Monte Verde - APROCOM

A APROCOM representa e atua em prol dos moradores da região do Monte Verde. Foi fundada há dez anos por um grupo de moradores - mulheres e homens - descontentes com a atuação de um conselho de moradores que administrava o Centro Comunitário¹². Apesar de ser um conjunto habitacional da COHAB, os problemas de infra-estrutura eram sérios e careciam de soluções urgentes. Os moradores queriam uma administração mais dinâmica e autônoma, desatrelada do Governo. As divergências políticas foram se acentuando e esse grupo de moradores formou uma chapa de oposição ao Centro Comunitário, que segundo um dos entrevistados, não se elegeu por fraude na eleição,

Quando faziam uma eleição, as campanhas eram fortes. Vinham sacos de alimentos da Ângela Amim, prestações das casas ligadas à COHAB eram isentas em troca de votos. Então as oposições que concorriam sempre perdiam. Na época votavam gente de Coqueiros, de Sambaqui, de todos os cantos. Fizeram o esquema. Mais uma vez o esquema do Governo do Estado foi vitorioso. (Z. - APROCOM)

¹² MÜLLER (1992), define os Conselhos e Centros Comunitários “como entidades comunitárias dotadas de personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos constituídos por membros da comunidade. Inicialmente foram mantidos e orientados técnica e politicamente pelo governo estadual através da Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade (FUCADESC). Depois de extinto esse órgão, a manutenção das entidades passou para a responsabilidade da Secretaria do Estado da Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Comunitário (SHD)”. In: MÜLLER, Kathia T. *Organização de moradores de Florianópolis numa perspectiva de necessidades radicais*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 1992.

A partir dessa derrota, o grupo de oposição continuou se reunindo e foi incentivado por lideranças partidárias de oposição ao Governo do Estado, a criar uma outra organização, uma associação de moradores. A APROCOM surge então de um processo de politização dos moradores com relação às condições de administração de seu bairro e numa conjuntura política favorável às organizações populares na Ilha, pois nessa mesma época o PMDB assume a gestão da Prefeitura Municipal¹³.

Desde o início a associação teve uma política de ampliação de suas relações, de ocupação de espaço nos meios de comunicação e de implementação de um jornal comunitário.

Nós divulgamos muito o Monte Verde. No início as pessoas tinham vergonha de dizer: “eu moro no Monte Verde”. Nós mudamos essa mentalidade. Hoje as pessoas quando falam em um bairro organizado, logo se referem ao Monte Verde. As pessoas tem orgulho de morar aqui. (Z. - APROCOM)

A publicização da APROCOM garantiu boa parcela de suas conquistas, projeção política no movimento comunitário e nas administrações municipais. Essa projeção não ocorreu apenas com relação à entidade, mas também com seus membros. A APROCOM foi uma das organizações de moradores que participou da fundação e gestão da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias)¹⁴. Ocupou diversos cargos na direção da entidade, de secretarias até à presidência na penúltima gestão.

Como toda periferia de grandes e médias cidades, o bairro Saco Grande II sofre a carência de serviços públicos de qualidade e infra-estrutura urbana. No início de suas atividades, a APROCOM enfrentou problemas sérios no Monte Verde, principalmente de infra-estrutura.

¹³ Conforme LUCHMANN (1991: 12), [...] “em 1985 um candidato do PMDB assume a Prefeitura de Florianópolis. Esta candidatura teve apoio das entidades de bairro ditas “Independentes”, ou dissidentes dos conselhos comunitários...” In: LUCHMANN, L. H. H. *Cotidiano e democracia na organização da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 1991.

¹⁴ Sobre a trajetória política da UFECO ver o trabalho de LUCHMANN (op. cit., 1991).

O sistema viário foi um dos primeiros pontos a ser atacado, pois como relataram as(os) entrevistadas(os), poucas ruas eram calçadas e uma das pontes do canal estava quebrada, dificultando acesso de qualquer veículo. Com as enchentes, o canal que corta o bairro, não continha o volume d'água e as regiões baixas eram totalmente alagadas. Foi preciso duplicar o canal, solução que reduziu o problema de enchentes.

Serviços de transporte coletivo, telefonia, segurança, saúde e coleta de lixo eram precários. Os horários de ônibus eram irregulares, só havia um telefone público. Não havia policiamento e roubos e furtos eram constantes. No Posto de Saúde os horários de atendimento eram escassos, faltava pessoal e equipamentos. Quanto à coleta de lixo, o Monte Verde foi o primeiro local onde foi implantado o Projeto Beija-flor¹⁵, com o objetivo de educar a população para a saúde e proteção do meio ambiente através da seleção e coletas freqüente do lixo no bairro.

As melhorias foram adquiridas através de muita luta e pressão junto aos órgãos públicos como comenta o entrevistado: “no período em que se iniciou a gestão do Andrino, a gente foi muito em cima e sempre tínhamos retorno. E assim as coisas foram surgindo, pelo fato da gente ter se dedicado bastante” (Z. - APROCOM).

Após estas melhorias no bairro, outras se somaram como a implantação de uma administração descentralizada de serviços de limpeza e conservação de praças sugerido pela APROCOM. Esta proposta tinha como objetivo que cada associação de moradores assumisse a administração de dois ou três homens cedidos pela COMCAP (Companhia de Melhoramentos da Capital) para manutenção de praças, ruas e quadras de esportes. “Foi o primeiro bairro a ter e é o único que tem hoje os homens da COMCAP ainda trabalhando, a

¹⁵ O Projeto Beija-flor, foi desenvolvido pela COMCAP em parceria com moradores do Conjunto Habitacional Monte Verde e tinha como objetivo principal experimentar um programa de coleta seletiva do lixo na própria comunidade. Sobre o Projeto Beija-flor ver KUHNNEN, Ariane. *Reciclando o cotidiano: representações sociais do lixo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

associação é quem administra o pessoal e a compra do material para execução dos serviços” (L. - APROCOM).

Uma das reivindicações que sempre mobilizou os movimentos comunitários foi a luta por creche, preocupação manifestada geralmente pelas mulheres-mães que trabalham fora. Na APROCOM a idéia de uma creche não aparece como objetivo principal, ela vem em consequência da disputa de um terreno com o Centro Comunitário cedido pela Prefeitura. O Centro Comunitário queria o local para construir um Posto de Saúde e a reivindicação da APROCOM tinha como objetivo a construção de sua sede. Com a pressão da comunidade, o prédio que seria destinado à sede foi transformado em uma creche construída e mantida com recursos da comunidade. O prédio também se tornou ao longo do tempo, um espaço acessível à participação comunitária. É utilizado para reuniões com outras organizações comunitárias do bairro, para o clube de mães, para encontros e festas da comunidade.

Esta organização tem sede própria e uma diretoria composta por quatorze integrantes, das(os) quais seis são mulheres. Atualmente os problemas mais sérios de infra-estrutura no Monte Verde estão relativamente sanados. A associação tem procurado investir na manutenção e ampliação dos serviços públicos para todo o bairro.

1. 2 - A Associação de Moradores do Morro do Sol Nascente - AMSOL

Criada há quatro anos (1992), esta associação tem conseguido mobilizar os moradores com o objetivo de melhorar as condições de vida no Morro do Sol Nascente realizando obras de infra-estrutura no bairro.

O Morro do Sol Nascente se caracteriza por uma região de loteamentos e ocupação desordenada. Atualmente conta com uma infra-estrutura ainda precária¹⁶.

¹⁶ Segundo WOSNY (1994:75), a comunidade do Morro do Sol Nascente era denominada de Morro do Vино ou Buraco do Vино, isso deve-se ao fato de que as terras que deram origem àquele loteamento pertenciam ao sr. Ludovino Amaro,

Até os dois últimos anos não havia praticamente nenhuma infraestrutura no local. Contam seus moradores mais antigos que as ruas eram de difícil acesso, um constante transtorno principalmente para as mulheres-mães, pessoas doentes e o pequeno comércio, como bem ilustra o depoimento a seguir:

Carro aqui no Morro não subia. Doentes eram levados nas costas até a rua principal do bairro. O pessoal que estava construindo suas casas subiam o morro com tábuas nas costas, cimento, areia. As mães subiam morro acima com crianças e sacolas de compras nos braços. Comércio quase não existia. Um comerciante pagava uma pessoa para puxar lá de baixo nas costas, as caixas de leite e pão da padaria pra fornecer pro pessoal daqui de cima do morro. (A. - AMSOL)

Tendo em vista os sérios problemas da comunidade, a associação nasceu da preocupação de alguns moradores com as condições do bairro e por incentivo da Igreja Católica. Na primeira gestão, que durou cerca de dois anos, poucas mudanças aconteceram no bairro. Uma das conquistas na época foi a expansão da rede elétrica. Somente a partir da segunda gestão com uma nova diretoria, as lutas e reivindicações dos moradores foram aos poucos colocadas em prática.

A AMSOL conta com um presidente que tem dedicado tempo integral às atividades da associação. Juntamente com sua diretoria, atualmente composta por cinco mulheres e seis homens, não medem esforços para melhorar a situação do bairro.

Um dos primeiros trabalhos realizados pela AMSOL foi em conjunto com o Curso de Enfermagem da UFSC, envolvendo a comunidade em sistema de mutirão para limpeza da cachoeira que abastece os moradores e o combate ao borrachudo.

A partir destas ações, a associação foi ampliando suas atividades atacando outros problemas do bairro como a construção de uma caixa d'água com

filho de um dos primeiros moradores do Saco Grande, proprietário daquela parcela das encostas do bairro. In: WOSNY, Antônio M. *Nasce o sol no Sol Nascente: Organização popular numa perspectiva problematizadora de educação e saúde*. Dissertação de Mestrado em Enfermagem. Florianópolis, 1994.

função de reservatório, captação, tratamento e distribuição da água da cachoeira para os moradores. Até então os moradores captavam água da cachoeira através de mangueiras que muitas vezes arrebentavam ou eram roubadas, causando inúmeros transtornos aos trabalhos domésticos. Com o novo sistema de captação, a água chega às moradias através de uma rede, facilitando a vida dos moradores. Os recursos para esta obra vieram do Orçamento Participativo¹⁷ e foi realizada em parceria com a CASAN (Companhia de Água e Saneamento) depois de muita solicitação. Para essa “empreitada”, segundo o atual presidente,

Foi feito um trabalho muito grande. Foi formada a comissão da água. No início a CASAN não queira fazer a obra, de tanto eu bater na porta deles, lá um dia eles decidiram me atender. Todos os recursos para o material vieram do Orçamento Participativo e a mão de obra foi da comunidade. (A. - AMSOL).

A abertura e pavimentação de ruas, também contou com recursos do Orçamento Participativo e com a organização de mutirões na comunidade para execução dessas obras.

Uma das estratégias adotadas pela AMSOL para realização das obras comunitárias é o sistema de mutirão, recurso utilizado por muitas organizações de periferia como forma de concretizar melhorias na comunidade. Além disso o mutirão torna-se espaço de entrosamento entre vizinhos, criando laços de solidariedade e de consciência de que os problemas são coletivos.

Os moradores enfrentam ainda outros problemas sérios de infraestrutura. Na região da AMSOL a coleta de lixo pelo sistema público - COMCAP - não é feita pela dificuldade de acesso dos veículos coletores. O esgoto é a céu

¹⁷ O Orçamento Participativo é uma prática adotada pelo governo municipal, constituindo-se num “método de elaboração do orçamento que rompe radicalmente com a forma tradicional de técnicos e políticos decidirem em gabinete sobre os recursos da Prefeitura. O Orçamento Participativo é mais democrático, está no âmbito da democracia representativa. O Município é dividido em 13 regiões que abrange diversos bairros da cidade com critérios geográficos, sócio-econômico e culturais. Em assembléias realizadas nessas regiões, elegem um delegado para cada dez presentes. O delegado será o agente mobilizador da comunidade que discute os problemas da região, organiza lista de prioridades e encaminha as decisões ao Conselho Municipal do Orçamento Participativo (CMOP)”. Ver esta definição in: BOPPRÉ, Afrânio. *Caderno Orçamento Participativo*. Florianópolis: Gabinete do Vice-prefeito, s/d.

aberto e tem como destino a cachoeira tornando-se foco de muitas doenças; falta um sistema de rede elétrica mais potente e de iluminação pública.

É unânime entre os membros da diretoria da AMSOL de que há muito trabalho por fazer na comunidade, só dividem-se no que diz respeito a prioridades. Um exemplo é a decisão de uma assembléia comunitária priorizar para o próximo Orçamento Participativo a pavimentação de mais uma rua em detrimento da construção de uma creche no bairro. O interesse pela construção de uma creche tem sido manifestado principalmente por mulheres e pelo presidente da associação que como declara no seu depoimento: “uma creche e uma escola de primeira à quarta série na comunidade é um sonho que eu quero ver realizado aqui no morro” (A. - AMSOL).

A AMSOL procura trabalhar com toda comunidade, nenhuma decisão é tomada apenas pela diretoria. O calendário da associação convoca uma assembléia por mês para decidir sobre os trabalhos a serem desenvolvidos. Dentre as atividades realizadas pela diretoria da AMSOL, a formação de uma identidade comunitária entre seus moradores é a que tem viabilizado uma melhoria das condições de moradia no Morro do Sol Nascente. Eventos como festa junina, bingos, além de servirem para obter recursos para as atividades da associação, são espaços de confraternização entre vizinhos.

1.3 - As Redes Entre Vizinhança e Organizações como Estratégias de Ação Coletiva

Muitas das organizações de periferia nascem das discussões entre vizinhos sobre as condições de vida no bairro. A relação de vizinhança em periferias urbanas ainda tende a se caracterizar como a vida no interior. Criam entre si laços de amizade, de solidariedade e camaradagem entre os moradores. Todos praticamente se conhecem, tratam-se pelo nome e partilham dos mesmos problemas urbanos do bairro. Ao mesmo tempo essas relações estão permeadas de

conflitos, valores e interesses diversos. Essa trama das relações acaba por estabelecer uma identidade coletiva.

Quando ocorrem problemas que escapam aos limites do núcleo familiar, os vizinhos são os primeiros a serem recorridos, como ilustram os depoimentos a seguir:

A gente tem um relacionamento muito bom entre vizinhos. Praticamente todos os meus vizinhos são desde a época que eu vim morar aqui. Então praticamente a gente criou os filhos juntos. Quando alguém tinha dificuldade, ficava doente, então as nossas vizinhas ali se juntavam, iam lavar uma roupa, ajudar mesmo. A gente tem uma amizade muito grande, são uns vizinhos muito bons. (N. - APROCOM)

Uma vez socorri uma vizinha que estava ganhando neném em casa, cortei o umbigo, dei banho na criança e coloquei ela na cama. Não sou parteira mas a vizinha precisava de ajuda e alguém tinha que fazer alguma coisa, criei coragem e fui enfrentar o parto. (L - AMSOL)

Estes dois depoimentos mostram que uma rede de solidariedade ainda acontece na periferia da cidade e manter boas relações com os vizinhos também é uma questão de sobrevivência.

Os problemas do bairro, como por exemplo a falta d'água ou a questão da segurança, as reclamações com relação aos horários de ônibus, as críticas ao poder público e à associação, são discutidos em diversas ocasiões. É no caminho para o trabalho, no ponto de ônibus, no supermercado. Assim como as críticas e reclamações, muitas propostas para melhorar a vida no bairro surgem destas conversas informais do cotidiano. Nas conversas informais os problemas percebidos pelos moradores são os mesmos, assim como a vontade de mudar a vida do seu bairro.

Grande parte das redes sociais tecidas no cotidiano se dão nas relações com vizinhos e parentes, muito ao nível do espaço doméstico, do espaço das relações privadas. É neste espaço que as mulheres discutem com seus

parentes, vizinhas e comadres, as dificuldades vividas pela falta de serviços públicos adequados.

Estas redes sociais ao mesmo tempo “se articulam e se superpõem em cooperação ou conflito, conforme valores, interesses e recursos dos grupos” (Fischer e Carvalho, 1993:154). O bairro torna-se o espaço da configuração destas redes.

As redes entre vizinhos ora se estabelecem aqui, ora ali. Dependendo dos interesses e carências, um grupo se organiza para reivindicar calçamento de uma rua, outro para coleta de lixo, outro para canalização de água. Tendem a se formar como teias, tecendo relações na busca de melhor infraestrutura para o bairro.

A origem de uma consciência de que os problemas não se dão de forma isolada, passam por essas redes de relações sociais vividas por mulheres e homens no cotidiano do bairro. Da complexa trama de redes de relações, tecidas entre os moradores no cotidiano do bairro, nascem reivindicações e iniciativas por soluções dos problemas comuns.

Além das duas organizações escolhidas para o desenvolvimento deste trabalho, a população do bairro Saco Grande II tem sua organização formalizada em torno de mais três associações de moradores: Associação Comunitária João Gonzaga da Costa - ACOLJOGOC (Barreira do Janga), Associação Pró-Comunitária Caminho da Cruz - APROCRUZ, Associação de Moradores do Parque da Figueira - AMPAF, um conselho e um centro comunitário - Conselho Comunitário do Monte Verde e Centro Comunitário do Bairro Saco Grande (COMOSG).

Encontram-se no bairro outras instituições que desenvolvem trabalhos de organização e educação popular, como a Pastoral da Saúde (ligada a Igreja Católica), o CECCA - Centro de Estudos, Cultura e Cidadania (uma organização não-governamental), o NEPEPS - Núcleo de Estudo em Políticas de

Saúde (ligado ao Departamento de Enfermagem da UFSC) e a Unidade Básica de Saúde - UBS (ligado à Secretaria de Saúde do Município)¹⁸.

As organizações do bairro e da cidade, as instituições eclesiais e do Estado, têm procurado se articular para desenvolver um trabalho junto à população do bairro de saúde preventiva, de saneamento do meio ambiente e encaminhamento de demandas por políticas públicas ao governo local (Prefeitura e Estado).

Esse envolvimento entre todos os sujeitos que atuam no bairro - locais ou externos - vem ocorrendo através da formação de uma rede de relações tecida no cotidiano entre atores informais e organizações.

Pensar os movimentos sociais na forma de redes, significa ir além de análises que enfatizam “debilidade/refluxo/declínio”, é o que Silva (1994) considera um desafio para os anos 90.

No campo dos atores coletivos, a noção de redes permite pensar as interrelações como “articulações políticas” (Scherer-Warren, 1994). Nessa concepção, uma rede de articulações aglutina os mais diversos movimentos e organizações, com diversos interesses políticos. Essas articulações construídas no cotidiano do bairro, servem de estratégia de luta e reivindicação na conquista de bens comuns.

Um exemplo de uma rede de articulação no bairro entre atores informais e coletivos, foi a realização do I ECOSG (I Encontro de Comunidades do Bairro Saco Grande II). Esse encontro reuniu as organizações comunitárias e de moradores, ONG, Igrejas, Universidade, Secretaria Municipal de Saúde. Teve como objetivo ser um espaço amplo de debate e força de pressão junto ao poder público municipal e Estadual, colocando na pauta os problemas mais sérios do bairro. As discussões compreenderam questões mais gerais de infra-estrutura e

¹⁸ O Posto de Saúde (ou UBS - Unidade Básica de Saúde) juntamente com a Universidade Federal (mais especificamente com os Cursos de Enfermagem e Medicina), vem desenvolvendo trabalhos na área de saúde preventiva e educação popular no bairro.

planejamento urbano, e outras mais específicas como segurança e combate ao tráfico de drogas e alcoolismo infanto-juvenil.

Na organização desse evento, as mulheres tiveram papel ativo na mobilização da comunidade, no preparo da infra-estrutura do local, na produção de material e secretaria. Mesmo com todo o corporativismo, divergências políticas e ideológicas das entidades locais, o I ECOSG foi o momento de suspender esses conflitos e buscar novos caminhos para solucionar os problemas do bairro.

O processo de articulação e preparação para este Encontro, desenvolveu entre os atores uma consciência de que as soluções para os problemas de cada entidade, não se dá de forma isolada. A prática de articulação entre todas as forças que atuam no bairro, caracteriza-se como uma das formas de pressão e negociação com o poder público local.

Um dos aspectos da configuração de redes de organizações e movimentos, é que geralmente se constituem como articulações em momentos conjunturais. Essa característica, entretanto, não limita a formação de novos valores que incluem a solidariedade e a democracia (social e política). Outro aspecto das redes, diz respeito à forma de atuação frente ao poder público vigente. Como define Scherer-Warren (1993), as redes

“Atuam por um lado na transformação da opinião pública, por outro constituem-se em força de pressão ao sistema institucional e aos padrões dominantes contrários a estes princípios. As redes se caracterizam como fonte de pressão sobretudo no campo cultural e político” (Scherer-Warren, 1993:122).

Ao transformar a prática corporativista e isolada de fazer política, as redes geram outros movimentos e introduzem outros elementos à atuação dos atores. A partir do I ECOSG, as entidades continuaram se reunindo com participação maior das mulheres. Várias reuniões se desencadearam e aos poucos o número de entidades se reduziu. Este fato porém, não intimidou um pequeno

grupo de mulheres que motivadas pela necessidade de melhorar as condições do bairro, criaram o Movimento Pela Qualidade de Vida do Bairro Saco Grande II¹⁹.

Apesar de todos os interesses particularistas que assombram a prática política dos atores locais, este movimento procura manter e ampliar a rede de interrelações entre indivíduos, grupos e organizações. Seu principal objetivo é atacar a questão estrutural do bairro: a ocupação desordenada e a especulação, causas principais da degradação do meio ambiente e da qualidade de vida dos moradores.

¹⁹ O Movimento Pela Qualidade de Vida surgiu no final de 1995, a partir das reuniões realizadas após o I ECOSG pela iniciativa de um pequeno grupo de mulheres. Ainda está em fase de estruturação.

CAPÍTULO 2



O Cotidiano de Mulheres

2.1 - O Cotidiano das Mulheres que Participam da APROCOM e AMSOL

A vida cotidiana compreende uma multiplicidade de relações e atividades humanas. Se faz presente nas esferas do público e do privado na vida dos indivíduos. Está no trabalho, na vida em família, no lazer, na atividade dos movimentos e organizações, em todas as relações sociais. Como assinalam Netto e Falcão (1987:25), “o cotidiano é o espaço da vida que obedece a rituais rotineiros, das tarefas predeterminadas, onde se imprime a cotidianidade”.

Através da história, a vida cotidiana passa por processos diferentes, que torna peculiar cada época da experiência humana. Heller (1992), define a vida cotidiana como

a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade. (Heller, 1992:17)

Sendo caracterizado como um espaço amplo e complexo da vida dos indivíduos, o cotidiano é feito de vários cotidianos. Sofre a influência de múltiplos fatores como: classe social, diferenças culturais e ideológicas. Nesse sentido, ao se falar da vida cotidiana das mulheres estão implícitos diversos cotidianos de mulheres.

Para as mulheres que além de mães e donas de casa, assumem o “trabalho fora”, o mundo moderno impõe uma carga dupla de responsabilidade, a vida doméstica por um lado e o trabalho por outro. Essa dupla jornada de trabalho, é abordada por diversos autores nos estudos sobre a mulher. Algumas investigações nesse sentido levantam a síndrome da “mulher maravilha”, que tudo quer ter sob controle e em perfeita ordem - família, atividades domésticas e trabalho fora de casa. No mundo de hoje, conciliar a vida privada e as atividades

públicas tem sido um desafio para as mulheres que trabalham fora e participam de movimentos e organizações sociais.

Há muito tempo as responsabilidades das atividades domésticas e os cuidados com os filhos foram delegado às mulheres. Ser mãe, esposa e dona de casa são papéis atribuídos às mulheres, constituintes do “mundo feminino”, portanto, próprios da esfera privada. Com a divisão social do trabalho cria-se a oposição entre público e privado. As mulheres foram confinadas à esfera privada, à vida doméstica, enquanto aos homens coube a esfera pública, o “mundo masculino” das atividades políticas, das conquistas, do mercado de trabalho e de produção. Rosaldo (1979), ressalta que essa oposição entre público e privado se dá em função de que

as mulheres são absorvidas principalmente em atividades domésticas devido ao seu papel de mãe. Suas responsabilidades econômicas e políticas são restringidas pelas responsabilidades nos cuidados com os filhos e o enfoque de suas emoções e atenções é particularista e dirigida para os filhos e para o lar. (Rosaldo, 1979: 40)

A partir da metade deste século²⁰, intensificou-se a saída das mulheres para o mercado de trabalho. Com a participação das mulheres na esfera pública, mudam as relações de poder na esfera privada. Antes o poder doméstico tinha na figura do homem o único provedor da família. Esse quadro vem sendo progressivamente modificado pela mulher que trabalha fora. O trabalho assalariado tem lhe proporcionado condições de também exercer o papel de provedor do lar e conseqüentemente de dirigir e decidir economicamente sobre a esfera privada. /

A entrada das mulheres no mercado de trabalho, tem repercussões políticas tanto na esfera privada onde “a equação doméstica do poder se altera” (Massi, 1992:53), como na esfera pública, nas relações com o Estado. Foi com o

²⁰ Conforme MASSI (1992:52), “a questão da participação das mulheres no mercado de trabalho se iniciou no século XIX, mas somente as mulheres operárias é que trabalhavam fora do lar. Com o advento das guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) ocorreu não o retorno aos lares, ou seja, as mulheres de todas as classes sociais passaram à esfera do “público”, antes reservado estritamente aos homens”.

trabalho fora de casa que as mulheres começaram a se organizar e reivindicar seus direitos à cidadania, à igualdade salarial, a luta por creches, por melhores condições de saúde e de infra-estrutura urbana.

A inserção da mulher na esfera pública não tem limitado sua atuação apenas ao mercado de trabalho. Tem sido crescente sua participação política nos parlamentos, nos movimentos e organizações sociais.

Mesmo trabalhando fora, sendo mães e donas de casa, as mulheres que atuam na APROCOM e na AMSOL, não restringem sua participação na esfera pública apenas ao espaço do trabalho. Preocupadas com as condições do bairro, procuram conciliar a vida doméstica, o “trabalho fora” e as atividades nas associações. Dividem o tempo entre as atividades profissionais, domésticas, a família, a associação de moradores e o lazer. Como são muitas as atividades e compromissos “dentro” e “fora” de casa, a semana acaba sempre se estendendo de segunda a sábado, e para algumas, uma boa parte do domingo também fica comprometida com o trabalho.

Trabalho de segunda a sábado, aí no domingo eu organizo a minha casa, eu lavo roupa, eu faço o meu quintal. A minha casa eu dou uma ajeitada pra semana toda. Muitas vezes a roupa não dá tempo de eu passar, daí à noite enquanto a janta cozinha, eu passo a roupa porque segunda-feira começa, tenho que estar cedo no trabalho... (T. - AMSOL)

Das atividades cotidianas, as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos ocupam a maior parte do tempo. As tarefas domésticas rotineiras ficam a cargo da dona da casa, como lavar, passar, cozinhar. Algumas contam com a ajuda do marido e filhos, mas o suporte principal ainda é ela quem dá, como ilustram os depoimentos a seguir:

Eu tenho ajuda do meu marido e dos meus filhos. Porque eu tenho dois filhos grandes, então lá em casa cada um tem uma tarefa pra fazer, limpar a casa, outro arruma o quarto, limpa o banheiro. Geralmente o meu marido faz o almoço porque ele é plantonista, então ele trabalha 24 por 72 horas, aí nesse meio tempo que ele está em casa, ele

sempre me ajuda, mas o café da manhã, a roupa, a organização da casa ainda é tudo comigo. (N. - APROCOM)

Meu marido me ajuda muito, mas no final de semana eu tiro meia tarde, que seria às vezes no domingo à tarde, para fazer os meus pães, deixar a comida pronta pra semana, aonde eu faço as minhas lasanhas, aonde eu faço as coisas, passo a roupa, que eu não tenho empregada em casa. Então assim é muito agitado entende. (M. - AMSOL)

Ó trabalho fora de casa não tirou os encargos domésticos das mulheres, pelo contrário, as tem sobrecarregado. Elas contam apenas com a “ajuda” do marido ou filhos. A divisão das tarefas domésticas como responsabilidade de toda família é algo ainda a ser conquistado. /

Com relação às atividades profissionais das participantes da APROCOM e AMSOL, a grande maioria “trabalha fora”. Exercem suas funções principalmente no setor de prestação de serviços como: magistério, serviço público, empregada doméstica, secretária. As que não tem trabalho assalariado, consideram o trabalho doméstico um trabalho não produtivo e desejam trabalhar “fora”. Criticam as mulheres que não se dedicam a qualquer atividade, como por exemplo participar da associação de moradores ou do clube de mães como demonstra o depoimento dessa entrevistada:

Muitas só querem ser donas de casa mais nada. Eu acho que tu não podes ficar só dentro de casa, isso aí não é bom pra gente, não ajuda de jeito nenhum, eu acho que cria problemas, faz arranjar doenças, a gente até deixa de ter certos conhecimentos. A gente fica muito acomodada. (I. - APROCOM)

O “ficar só em casa” é visto como fator que limita outras capacidades da mulher. Ser somente dona de casa ganha um sentido pejorativo e humilhante por não ser trabalho socialmente reconhecido. Estar envolvida em atividades “fora de casa” - seja no trabalho ou como participante da associação de

moradores - passa ser uma forma de se libertar do papel de “dona de casa”. Papel que não lhe confere nenhum reconhecimento social.

Algumas mulheres se ressentem e chegam até a experimentar um sentimento de culpa por não ter uma vida doméstica dentro dos padrões tradicionais, de ter uma casa bem arrumada, horários certinhos como no caso desta entrevistada:

Trabalho o dia todo, costumo dormir por volta de meia noite e toda semana têm reuniões e uma série de coisas para fazer que absorve todo o meu tempo. Como a minha casa nunca tem menos de cinco, seis pessoas, daí não tem como controlar, não tem jeito de eu dizer: não, a casa, as coisas vão funcionar desse jeito ou daquele. Então eu desisti, eu desisti assim de ter um padrão rígido. Às vezes eu tenho vontade de ter uma casa certinha, com horários, saber o que minha filha está comendo, mas não é uma sensação criativa, não é porque eu me sinta bem fazendo isso, é mais uma sensação de culpa mesmo, eu me sinto culpada por não manter um padrão que é considerado normal, em função disso eu desejo fazê-lo. (D. - APROCOM)

Conciliar as atividades profissionais com os serviços domésticos e a família é rotina e um desafio constante para as mulheres que trabalham fora e participam de organizações e movimentos nas comunidades. A mulher deste final de século é aquela, segundo Massi (1992: 39) “que vem lutando por um espaço no mundo público e ao mesmo tempo enfrentando todo tipo de problema na conciliação das duas esferas de vida: privada e pública”/

Para os homens que participam da APROCOM e AMSOL, o cotidiano envolve basicamente o “trabalho fora de casa”. Desenvolvem atividades profissionais como: pequeno empresário, servidor público, magistério, vigia. O tempo é dividido entre o trabalho, as atividades da associação e o lazer.

Demonstram uma maior dedicação às atividades públicas, dão maior ênfase ao trabalho “fora de casa”. Ser o provedor da família é considerado de grande responsabilidade, por isso progredir profissionalmente torna-se a meta principal, como relata o entrevistado:

O meu dia-a-dia é cheio de vínculos. Trabalho num serviço público, tenho vinculação comunitária, tenho atividade política, sou filiado a um partido político e procuro me dedicar dentro do possível. Mas minha prioridade básica é meu trabalho. (Z. - APROCOM)

Com relação às atividades domésticas, culturalmente os homens não se sentem responsáveis. Procuram dar uma “ajuda” em casa, como por exemplo, fazer o supermercado, levar os filhos na escola e pagar as contas. Outras tarefas como lavar, passar, cozinhar “fica” com a mulher ou as filhas como no caso desse depoimento:

Eu ajudo em alguns afazeres. Eu não sei fazer o almoço, eu não sei fazer comida, nem limpar a casa. Pra dizer a verdade, lavar a louça às vezes eu ajudo, mas tenho duas filhas que fazem o serviço da casa enquanto a mulher trabalha fora. (Z. - APROCOM)

A casa é considerada o local de descanso, de lazer para o homem que trabalha e se preocupa com a manutenção da família.

As atividades na associação de moradores estão ligadas ao trabalho profissional. Estas atividades incluem os contatos com órgãos públicos, com políticos, etc. Por se desencumbirem das tarefas domésticas do cotidiano, lhes sobra mais tempo para desempenhar um papel com relativa competência na vida pública.

Sem a carga das tarefas domésticas, os homens investem mais no lazer. Ir ao Clube local, tomar cerveja com amigos no bar, tirar uma sesta depois do almoço, jogar um futebol, é um ritual que começa no sábado à tarde. O lazer das mulheres resume-se a visitar parentes, ou acompanhar o marido nas festas organizadas pela associação e nos bingos. Algumas delas de nível socioeconômico mais elevado saem para jantar ou dançar, mas sempre acompanhadas do marido. Junto com o marido organizam reuniões festivas com amigos para jogar baralho

ou fazer um churrasco, sendo que os preparativos ficam sempre sob sua responsabilidade²¹.

2.2 - A Falta de Serviços Públicos: um dos fatores da sobrecarga das tarefas domésticas

A falta de serviços públicos e infra-estrutura urbana constitui-se num dos agravantes na sobrecarga das tarefas domésticas para as mulheres. O cotidiano doméstico das mulheres que participam da APROCOM e AMSOL não difere muito das mulheres que moram nas periferias de grandes e médias cidades brasileiras. Sofrem com a escassês de serviços públicos que atingem diretamente seu local de moradia - o bairro - e conseqüentemente, sua família./

As mulheres que moram no Monte Verde contam com uma infra-estrutura satisfatória de equipamentos e serviços públicos. Nesta região se encontram os conjuntos residenciais construídos pela COHAB - Monte Verde e Parque da Figueira. É uma área do bairro onde a coleta de lixo é feita periodicamente, sendo que uma das coletas é do lixo seletivo. Todas as casas possuem água encanada e esgoto. As ruas na grande maioria são pavimentadas, contam com passeio público, praças, telefones público, creche e escola. O transporte coletivo também é satisfatório.

O que as mulheres mais se debatem é com o lixo jogado na rua, no canal que corta o bairro, nos terrenos baldios, no aterro que virou lixão na entrada do bairro e a falta de segurança e policiamento. Para resolver o problema do lixo através de um programa de educação dos moradores para seleção e coleta do mesmo, a associação participou do Projeto Beija-flor, mas teve pouco apoio do poder público como relata a entrevistada:

O lixo eu considero o ponto mais problemático do bairro. A nossa associação foi a primeira a implantar o

²¹ Conforme SARACENO (1995:216), numa pesquisa realizada na Itália "as mulheres casadas e com emprego trabalhavam em média um mês de 24 horas diárias a mais por ano que os homens". In: BONACHI, G. e GROPPi, A (org.). *O Dilema da Cidadania: Direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: UNESP, 1995. pp. 205-34.

Projeto Beija-flor, que era aquele lixo separado, coletado pela carrocinha. Substituiu-se a coleta do caminhão de lixo pela carrocinha, porque a carrocinha subia em qualquer morro ou rua estreita, já o caminhão é mais difícil fazer manobras. A COMCAP não deu apoio na época, porque eu acho que se eles tivessem feito uma boa divulgação em televisão, em rádio, em cartazes ou mesmo o pessoal vindo nas comunidades e colocassem sobre a importância e o benefício da coleta seletiva, teria sido um sucesso. Mas infelizmente isso aí falhou do lado deles. Então foi se acabando..., a gente [a associação de moradores] teve a idéia de fazer com que as pessoas se conscientizassem mais. A gente não estava ganhando nada, estava tentando fazer o melhor pelo bairro, mas sem apoio o Projeto foi se acabando... Foi uma pena muito grande, porque daí os lixos começaram a ser jogados nas encostas, nas ruas, em qualquer lugar. O pessoal passa de carro com as sacolinhas e onde tem um terreno baldio vai jogando (N. - APROCOM)

Atualmente a coleta de lixo é feita por caminhão três dias por semana, mas segundo a entrevistada só isso não resolve o problema, é necessário que a população seja educada. A luta das mulheres na associação de moradores demonstra uma preocupação em melhorar o que já existe em termos de infraestrutura urbana no bairro para mais qualidade de vida dos moradores.

Já as mulheres que moram na região do Sol Nascente, não encontram no seu cotidiano essa “contribuição” dos serviços públicos. A água encanada chega da cachoeira por mangueiras que os moradores mesmo instalam²². Quando alguém tira a mangueira do lugar, é preciso subir até a cachoeira e instalar novamente. Isso geralmente acontece nas horas mais impróprias, quando alguém está no banho, ou quando a dona de casa está lavando roupa, louça ou limpando a casa.

A maior dificuldade pra gente é quando não tem água, que vão lá roubam nossas mangueiras, nós ficamos sem água daí. Mas tendo água não tem problema nenhum... A gente mesmo faz o encanamento da água dentro de casa. (T. - AMSOL)

²² Até o final da pesquisa de campo não havia sido inaugurado o reservatório e a rede de abastecimento de água.

O esgoto é jogado na rua ou no curso da cachoeira, não há uma rede de captação. Esse é um dos problemas mais sérios e já vem sendo reivindicada uma solução junto ao poder público.

Aqui no bairro o que eu vejo como o maior problema além do lixo, é a falta de uma rede de esgoto. Os moradores são obrigados a soltar o esgoto nas ruas ou na cachoeira, por que daí vão jogar pra onde? Então eu acho que a gente precisava ganhar uns tubos pra fazer essa rede aqui, precisamos de mais atenção da Prefeitura para esse problema. (A.- AMSOL)

Há somente uma rua pavimentada e que atualmente está em situação precária, pois foi quase totalmente destruída pelas chuvas de dezembro. O barro ou a poeira são uma constante na vida dessas mulheres. Nestas condições, manter uma casa limpa é trabalho pesado e cansativo.

Há apenas um telefone público para atender todos os moradores da região. Para usar o transporte coletivo é necessário descer até a rua principal que corta o Bairro, pois nenhum ônibus sobe o morro devido as ruas serem muito íngremes e não pavimentadas. Motivo também pelo qual não há coleta de lixo pelo serviço público.

O lixo tem sido uma das questões mais problemáticas. Além de causar doenças, infestação de insetos (borrachudos, mosquitos, etc.), é jogado em terrenos baldios ou na cachoeira, ou amontoado em parte da rua onde o caminhão da coleta pode subir. Muitas mulheres descem o morro com sacolas de lixo na mão no momento em que vão pegar o ônibus para jogar nas lixeiras da rua principal. Essa é uma tarefa executada quase somente por mulheres e crianças.

Tanto os problemas da água, esgoto, como o do lixo são discutidos por essas mulheres nas associações de moradores - APROCOM e AMSOL. Uma das causas apontadas para o aumento desses problemas é o crescimento desordenado do bairro, a forma como o solo urbano vem sendo ocupado e destruído.

A iluminação pública precária, terrenos baldios não cercados e cobertos de mato, a falta de policiamento, tornam-se motivos para as mulheres não saírem à noite sozinhas.

O quadro acima descrito pelas entrevistadas, esboça os problemas vividos no bairro e que atingem diretamente a cotidianidade da vida doméstica. Ter acesso a serviços públicos e de qualidade significa amenizar a carga de trabalhos domésticos sobre as mulheres, pois a mudança desse quadro como aponta Jelin (1995),

não depende tanto da distribuição de tarefas e responsabilidades dentro do lar (entre os membros) senão fundamentalmente do acesso diferencial das mulheres a serviços fora do lar, sejam comunitários ou de mercado (...). (Jelin, 1995:397).

Com relação aos serviços comunitários, pode-se citar por exemplo o acesso a creches e escolas primárias e a um sistema de saúde pública eficiente (postos de saúde bem equipados com pessoal e material). No que diz respeito às ofertas de serviços no mercado, o acesso ao trabalho remunerado e às tecnologias domésticas dependem da classe social e do nível salarial das mulheres. Esses fatores limitam o número de mulheres com possibilidade de acesso a esses bens e serviços.

Encarar os serviços públicos e de infra-estrutura como apoio ao trabalho doméstico, significa “reconhecer que as tarefas da reprodução cotidiana da população, essas tarefas historicamente invisíveis e ‘privadas’ (op. cit, 1995:397)”, não podem continuar sendo vistas como problemas a serem resolvidos somente na esfera privada, sob a responsabilidade das mulheres. As creches, por exemplo, não tiram das mulheres-mães que trabalham fora a responsabilidade materna, mas tendem a aliviar a carga de trabalho doméstico. Neste sentido, uma distribuição das tarefas domésticas entre os membros da família, implica na implementação de políticas públicas e no acesso a serviços públicos de qualidade que garantam a democratização do trabalho doméstico/

2.3 - As Relações na Família

A luta nas associações de moradores por infra-estrutura e serviços urbanos, surge da preocupação com as condições de vida da família, com a saúde e seu bem estar, com um lugar para deixar os filhos quando saem para o trabalho, com a segurança.

Os problemas comunitários percebidos por homens e mulheres tendem a não se diferenciarem. Igualmente preocupam-se com o abastecimento d'água, o lixo, o esgoto, a infra-estrutura urbana do bairro. O ponto em que parece haver certa diferença, é a prioridade com que esses problemas devem ser solucionados. Para os homens por exemplo, a pavimentação ou construção de uma sede para a associação vem em detrimento de uma creche ou da solução mais imediata para o problema do lixo. Para as mulheres, e principalmente para as mulheres-mães que trabalham fora, a creche é um apoio fundamental à vida doméstica. Suas reivindicações tendem a priorizar o núcleo familiar, a buscar soluções para suprir o déficit doméstico.

Tanto a mudança na economia que levou as mulheres em massa para o mercado de trabalho, como o movimento de mulheres e o feminismo que despertaram uma consciência à participação política, mudaram as práticas e representações da mulher.

Essas mudanças afetaram não só as mulheres, mas todos os que estavam a sua volta, e a família foi um dos alvos atingidos.

Na segunda metade do século XX assiste-se à emergência de diversos modelos de família que tem alterado relativamente o modelo nuclear de família (patriarcal) que conhecemos: pai, mãe e filhos. Muitas pesquisas sobre a família nuclear moderna a definem “como grupo solitário constituído de pais e filhos que se separa da sociedade e do mundo num processo de privatização da vida familiar” (Calderón e Guimarães, 1994:22).

A formação de novas composições familiares coloca em questão a hegemonia da família nuclear. Algumas normas características do modelo ideal de família têm sido contestadas e polemizadas e o quadro hoje formado recebe outras composições.

Com a inserção feminina no mercado de trabalho, a função de provedor não é mais monopólio masculino. Cresce o número de famílias monoparentais com chefia feminina, resultante de separações conjugais (divórcio) ou por abandono do lar por parte do marido ou companheiro²³. O depoimento desta entrevista ilustra bem essa realidade:

Pois olha, eu sou pai, eu sou mãe, tudo num só. Me separei do meu marido e vim pra Florianópolis com meus dois filhos e meus cinco enteados, pois quando casei ele era viúvo. Vim recomeçar a vida só com as crianças. Atualmente estão todos casados, apenas o mais novo mora comigo. (T. - AMSOL)

As mulheres que são chefe de família, assumem a função de provedoras, passam a sustentar os filhos além de ficar com toda carga das tarefas domésticas.

Observa-se também que muitas famílias não se restringem mais aos vínculos de aliança ou de parentesco, abrem-se ao convívio com outros não pertencentes aos laços familiares como no caso dessa entrevistada: /

Eu e o meu marido, nós acabamos tendo uma vida partilhada, não é exatamente compartilhada porque não é sempre as mesmas pessoas, pois a gente nunca vive num núcleo familiar, embora nós sejamos três, eu, ele e a nossa filha. A nossa vida sempre inclui uma quarta, uma quinta pessoa. A minha casa nunca tem menos do que cinco, seis pessoas, uma agregação de gente. Às vezes eu penso que é por isso que o meu marido preferiria morar em um apartamento, pra ficar mais isolado. Mas eu acho que a essa altura do campeonato a gente já não sabe mais viver sozinho. A gente já criou assim uma espécie de convivência que inclui outras pessoas, desde parentes, realmente

²³ Vide estatísticas do IBGE no item: Introdução.

parentes nossos até de pessoas que por uma razão ou por outra não tenham onde morar. (D. - APROCOM)

Outro modelo de família emergente, são as famílias de homossexuais, famílias que não mais se constituem única e exclusivamente pela união de um homem e uma mulher.

Todas essas características apontadas, demonstram que o modelo hegemônico de família nuclear moderna é limitado para explicar como a família se configura atualmente em nossa sociedade. Esses arranjos familiares indicam a formação de novos padrões culturais na nossa sociedade e a crise do modelo de família nuclear. Por isso alguns autores apontam para a importância de se pensar a família no contexto desta multiplicidade de arranjos e falar-se então de famílias²⁴.

Nesse sentido, Jelin (1995) observa que,

qualquer política pública orientada aos lares, deve basear-se no reconhecimento desta multiplicidade, e não - como até agora - identificando o lar nuclear como o “normal” e considerando as outras formas como deficiências ou desvios (Jelin, 1995:407).

O fato da mulher se inserir no mercado de trabalho pouco mudou as relações de gênero no âmbito familiar, no que diz respeito à divisão das tarefas domésticas. A mulher ainda carrega sobre si toda carga doméstica, somando-se a essa carga o trabalho fora de casa.

O papel feminino ainda é vinculado ao serviço doméstico, compreendido assim até pelas mulheres que trabalham fora e atuam social e politicamente. Mas por outro lado, é a partir do vínculo com a esfera doméstica que surgem muitas lutas e reivindicações por condições de vida digna, travadas na esfera pública.

A entrada das mulheres na esfera pública através do trabalho remunerado, levou-as a tomar consciência de sua participação social e política/

²⁴ Estudos sobre família ver especialmente os trabalhos de: CALDERÓN, A. I. e GUIMARÃES, R. F. Família: a crise de um modelo hegemônico; e LOPES, J. R. Das famílias “desestruturadas” às famílias “recombinadas”: transição, intimidade e feminilidade. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 46, 1994. pp. 5-34; JELIN, E. Família e gênero: notas para el debate. In: *Revista Estudos Feministas*. Rio: IFCS/UFRJ, n.2, 1995. pp. 394-413.

como por exemplo, as mulheres da APROCOM e AMSOL, que além de trabalharem fora, serem donas de casa e mães, participam nos movimentos e nas associações de moradores.

Essa tomada de consciência a partir de sua participação pública, vem pouco a pouco provocando mudanças nas relações de gênero na família. Através das atividades comunitárias na associação de moradores, nos partidos políticos ou nos movimentos sociais, passam a perceber sua capacidade de organização, de planejamento e de liderança. Começam então a questionar sua posição na família, a propor o que Schmukler (1995) chama de “negociação de gênero”, que seriam

negociações por melhorar sua posição de autoridade e por promover representações e acordos de gênero dentro da família que revelam uma maior paridade. Estas negociações constituem o modo de obstruir o autoritarismo dos maridos que elas começam a visibilizar mais claramente e a sentir-se menos dispostas a aceitar. (Schmukler, 1995:147)

No relato a seguir, a entrevistada demonstra como se processa essa negociação de gênero, iniciando-se fundamentalmente pela divisão das tarefas domésticas:

As mulheres foram criadas pra serem donas de casa e assumir isso como uma profissão, ou um castigo, ou uma benção de Deus. Então é uma coisa difícil pra você quebrar essa barreira, porque de vez enquando, você chama até algumas para a reunião, até algumas vêm e ficam com medo, achando que no momento que ela vai participar a vida dela vai melhorar e ela não sabe se será bom ou ruim. Ela não sabe até que ponto ela vai ter estrutura pra competir, e isso é muito engraçado porque quando ela descobre que vai mudar realmente a vida dela e que vai mudar pra melhor, entendendo de que ser uma mulher atuante hoje, uma mulher que sabe dos seus direitos como um ser humano, feminina, fêmea, ela evolui rapidamente, dá um salto muito grande. E isso você tem que estar preparada, o casal, a família tem que estar preparado pra isso. Tem que estar preparado, porque senão às vezes a mulher evolui, mas o homem não consegue acompanhá-la. E a evolução não é só da mulher, ela tem que ser conjunta, o homem e a mulher

tem que evoluir ao mesmo tempo. Porque digamos, como seria a minha vida se eu fosse evoluída e o meu marido não, ou se ele fosse e eu não o acompanhasse. Porque aí é que estão os problemas. Hoje existe uma parcela de mulheres que se você conversar, elas odeiam a vida delas. Porque a vida delas o que é: é lavar, passar, cozinhar, atender filhos, é levar filha pra escola, buscar filha na escola, levar pro médico, trazer do médico; e o marido faz o que na grande maioria faz. Trabalha o dia inteiro fora, quando sobra um tempo vai jogar um futebolzinho sabe, ou então vai ver o seu jornal. E daí como é que fica o relacionamento? Então fica aquela coisa assim... e não é isso o que ela quer. Às vezes ela acha que trabalhando fora, já conquista uma certa liberdade. Realmente conquista, mas aumenta o trabalho dela né, aumenta muito o trabalho dela. Então eu acho assim que a evolução, e para que o mundo melhore, o homem, a mulher, seus filhos, devem traçar uma educação conjunta, tentar se orientar por uma evolução de que ambos tem que vivenciar, tem que ter as mesmas coisas, tem que ter os mesmos direitos. Se ela trabalha fora, não lhe tira a responsabilidade das tarefas domésticas. E muitos do nossos companheiros entendem como se isso fosse uma função feminina e não é uma função feminina, porque uma casa não é criada por uma mulher, a casa é criada por uma família. Então como você faz parte dessa família, você tem que dar sua contribuição, seja sexo masculino ou feminino. Digamos assim..., eu não tenho obrigação de lavar os tênis do meu marido, porque o tênis dele é dele, é ele quem usou, é ele quem sujou. Ah!, dizem algumas: - Mais ele trabalha fora, estuda... Mas eu também trabalho fora, estudo, tenho filho também. Tem que ter uma contribuição não por uma questão de pena da mulher, mas por uma questão de compreensão, que é uma tarefa também dele cuidar daquilo que é dele. A casa é dos dois, porque no momento que eles se divorciam por exemplo, vão fazer o que, dividir os bens. Aí vai ter os bens do homem e os bens da mulher, mas até então era só dela, porque só ela cuidava. Só é dela pra cuidar, pra manter, mas não é dela no momento que acontecer uma separação. Então é essa a compreensão que tem que ter, que o homem, nossos companheiros, nossos amigos, eles tem que tomar consciência de que a casa, o lar doméstico, a coisa doméstica é dos dois. Para que os dois possam estudar, para que os dois possam ter lazer, para que os dois possam trabalhar e manter a sua renda familiar, é

preciso que os dois trabalhem da mesma forma. Porque daí é um trabalho coletivo, e todo trabalho coletivo que dá resultado, enriquece. Enriquece no sentido cultural, político, econômico, e isso é uma satisfação muito grande. (M. - AMSOL).

Atribuições como passividade, docilidade e resignação, não cabe mais para descrever a mulher que vem se constituindo em nossa sociedade nos últimos trinta anos. Pode-se sim, descrevê-la como elemento ativo de mudanças.

Tanto trabalhar fora como ocupar-se das atividades da associação parece dar a essas mulheres uma nova dimensão da vida. As relações familiares se transformam, filhos e maridos - muitas vezes contrariados - passam a dividir as tarefas domésticas e a conviver com os compromissos e atividades desenvolvidas por essas mulheres.

Fazem parte da cotidianidade dessas mulheres, as insatisfações, a opressão, as sobrecargas dos papéis que “deve” desempenhar, mas é também nesse espaço que são construídos os sonhos, os desejos, a vontade de mudar tanto no nível das relações sociais como na melhoria das condições materiais da vida cotidiana.

CAPÍTULO 3



**Participação Política das Mulheres nas Associações de Moradores
PROCOM e AMSOL**

3.1 - Um jeito diferente de fazer política

Para as mulheres, participar das associações de moradores tem um significado pessoal no sentido de crescimento e visibilidade social como bem ilustra o depoimento a seguir:

(...) as pessoas acham que quem vive no movimento comunitário, ou em movimentos sociais, faz isso para os outros, mas não, faz pra si. Eu não faço isso pelos outros, eu faço porque eu preciso e a partir daí não tem sentido eu querer outra coisa, está completo aqui. Essa participação no movimento comunitário pra mim já é mais do que suficiente, é tudo o que quero. Eu não preciso de outras coisas, de outros tipos de reconhecimento, pra mim já é o suficiente... (D.- APROCOM).

Esse crescimento pessoal parte de uma “escolha moral” a partir das alternativas apontadas pela vida cotidiana. Como assinala Heller (1992),

Quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos se pode falar de uma decisão cotidiana. (Heller, 1992:24).

Assumir o compromisso pessoal de participar na associação, implica em “suspender as particularidades da vida cotidiana” (Heller, 1992:25), como as preocupações com as tarefas domésticas, a família e mesmo o trabalho. Essa suspensão não significa anular suas particularidades, mas socializá-las para assim transformar seu cotidiano tanto no nível da esfera pública como privada, pois experimenta com outros indivíduos a busca de soluções gerais para problemas particulares.

A partir do movimento feminista, a mulher tem marcado sua presença na esfera pública não apenas no campo do trabalho. Sua participação nos últimos trinta anos, influenciada pelo feminismo, tem avançado também em direção à participação política. Esta participação não acontece apenas no espaço

da política institucionalizada (no parlamento, nos partidos políticos ou sindicatos), pelo contrário, cresce sua inserção nos movimentos sociais e nas organizações de bairro. //

Participar na associação de moradores passa ser uma forma de realizar o sonho de uma vida melhor para sua família, de morar num bairro com boas condições de moradia, com infra-estrutura e serviços públicos de qualidade. Neste sentido, a luta na associação pela conquista destes bens públicos se caracteriza como uma das motivações à participação da mulher nas organizações de periferia.

Outro aspecto dessa motivação, manifesta-se no desejo de efetivar seus objetivos pessoais, além dos comunitários. Ao participar da associação de moradores, a mulher quebra a rotina do cotidiano - trabalho, família, tarefas domésticas - e se envolve num espaço que considera mais amplo do que sua vida na esfera doméstica.

Na associação de moradores envolve-se em muitas atividades. As atividades desenvolvidas pelas associações, vão desde a mobilização dos moradores em campanhas de saúde e de educação ambiental, mutirões para executar serviços no bairro, manifestações junto a órgãos do Estado no sentido de reivindicar políticas públicas, como também eventos organizados pelas diretorias para angariar recursos, tais como bingos, feiras de artesanato, festas e outros.

Nestas atividades e eventos, as diretorias se organizam distribuindo funções apropriadas a homens e mulheres. Às mulheres, geralmente são atribuídas funções de secretaria, vice-tesouraria (cobranças), elaboração de boletins, ofícios, convites, cartazes. Estas funções, segundo alguns membros, cabem melhor às mulheres porque “elas têm paciência, escrevem melhor e têm letra bonita”. Quando são organizadas festas e bingos, ficam encarregadas da limpeza e organização do local, a copa e a cozinha como relata a entrevistada: “Nas festas de São João ou nos bingos, eu sou responsável pela cozinha, faço os bolos, o cachorro-quente, eu ajudo no que for preciso da parte doméstica” (T. - AMSOL).

Nestes eventos, os homens se encarregam do balcão de bebidas, do caixa, segurança, música e da animação. As tarefas são divididas, mas as discussões de organização dos eventos acontecem no coletivo da associação. Apesar das atividades da associação serem planejadas e decididas no seu coletivo, precebe-se que as funções atribuídas a homens e mulheres nas associações tendem a reproduzir os papéis femininos e masculinos vivenciados na esfera do privado.

Ao serem indagadas sobre o significado da associação de moradores na sua vida cotidiana, as entrevistadas foram unânimes em dizer que “a associação era como se fosse uma família”. Acontecem momentos de discussões, divergências de opiniões, conflitos, mas também há amizade e companheirismo entre os membros.

Se por um lado, no espaço da associação de moradores, as relações de gênero se traduzem em práticas que reproduzem a desigualdade entre homens e mulheres, por outro, constitui-se num espaço aberto à experiência de participação na esfera pública, a uma politização do cotidiano, como demonstram os depoimentos das mulheres na sua relação com a associação:

É uma força na nossa vida. Se não fosse a associação não teríamos conseguido a caixa d'água. (T. - AMSOL)

Eu gosto de participar da associação porque lá a gente se reúne para conversar, para resolver os problemas do bairro, do calçamento, da questão da água. (L. - AMSOL)

Quando eu passo por uma obra que a associação fez, ou ouço alguém comentar, eu sei que eu tive uma participação nisso, então isso valoriza muito a gente. (N. - APROCOM)

Na associação a gente se organiza pra ajudar a melhorar o bairro (A. - AMSOL)

A participação das mulheres na associação, põe em xeque um conjunto de relações de poder que atinge tanto a relação entre os homens e mulheres como as próprias propostas políticas da associação. Os estudos sobre a

mulher têm demonstrado que a partir do momento em que se amplia sua experiência e participação na esfera pública - através do trabalho, movimentos ou organizações - começa um processo de rompimento dos papéis tradicionais femininos, um questionamento sobre sua condição de vida e de mulher.

Nas discussões sobre os problemas do bairro ou na luta por equipamentos públicos, passa a perceber que seus problemas não estão isolados dos problemas de outras mulheres. Desse processo de identificação, surgem muitas das lutas por creche, por segurança pública, por saneamento e por serviços adequados de saúde. Os laços de amizade e vizinhança que daí se formam, ampliam suas relações na esfera pública.

No intrincado quadro político contemporâneo, movem-se as relações do Estado com os movimentos sociais. Mas ao mesmo tempo é mister reconhecer que as relações constituídas neste espaço, favorecem a publicização de novos sujeitos, entre estes, o sujeito mulher.

Com a participação política da mulher na esfera pública, a princípio liderada pelos movimentos feministas, a condição feminina deixa de ser uma questão das relações privadas e passa ser um problema que perpassa todas as demais relações.

Os movimentos sociais e associativos seriam, então, conforme Pinto (1992:129) “espaços possíveis de visibilidade da mulher enquanto sujeito”, além de sua presença na política institucionalizada (parlamento, partidos políticos e sindicatos).

O movimento feminista não se constitui no único meio de publicização das relações de poder contidas nas relações de gênero. Outros movimentos e organizações populares também têm sido espaços de discussões e resistência às desigualdades nas relações de gênero. Muitas das mulheres engajadas em outros movimentos, não se consideram feministas. No caso das mulheres que participam das associações - APROCOM e AMSOL - compartilham da mesma opinião, apenas uma das entrevistadas se identifica com o movimento

feminista e é membro de uma organização de mulheres: a UBM (União Brasileira de Mulheres).

A UBM existe a nível nacional e tem suas representantes no Estado. O objetivo da UBM é trabalhar pela emancipação da mulher. Não é criar no feminismo aquela briga entre homem e mulher. É fazer com que a bela adormecida acorde, vá pra luta mesmo, porque enquanto as mulheres estiverem dormindo o país não vai pra frente... (M. - AMSOL)

Apesar de não se considerarem feministas, a posição que ocupam na rede de relações no interior da comunidade, como membros da associação, faz com que sua prática seja transformadora das relações de gênero.

A partir do momento que a mulher passa a atuar fora dos limites do privado, provoca rupturas no seu papel tradicional de mulher no seio da família. Essa ruptura não é feita sem tensões e resistência por parte de maridos e filhos, pois tende a quebrar o cotidiano familiar e os padrões morais atribuídos ao feminino - ser mãe, esposa e dona de casa.

Na associação, passa a articular lutas diferenciadas em relação aos seus companheiros, priorizando a luta por creche, por exemplo, em detrimento da construção de uma sede comunitária. Priorizar serviços que atendam mais diretamente ao doméstico se dá basicamente em função de seus problemas cotidianos vividos na esfera privada.

∥Mesmo atuando nos limites da comunidade, a mulher constrói sua identidade pública. Através das novas relações em que se envolve, tende a ampliar seu universo de relações afetivas de amizade e vizinhança - antes restrita ao núcleo familiar. O contato e a troca de experiências no grupo em que se insere - no caso a associação - e no encontro com outras mulheres redefine sua relação na esfera doméstica. ∥

Outro fator que contribui para a percepção de sua identidade, é o contato com maior número de informações e o conhecimento dos problemas da sua comunidade. Tanto as novas relações que se formam, como os novos

conhecimentos que adquire, redefinem sua posição como mulher no nível público e privado²⁵.

Neste sentido, Pinto afirma que,

“... não se pode pensar de forma alguma na ausência da mulher enquanto sujeito público ou enquanto sujeito público feminista na arena da luta política. Seus espaços conquistados dentro e fora do movimento feminista, têm sido resultado da tensão entre a voz da luta pela igualdade nas relações de gênero versus um aparato estatal e as forças políticas partidárias e sindicais, cujos atores envolvidos resistem a perder posições privilegiadas para o exercício do poder” (Pinto, 1992:146).

Sua identidade redimensionada a partir de suas experiências na esfera pública lhe dá a consciência de sua condição de mulher frente à família (em face das relações privadas) e ao Estado (em face das relações públicas).

Na luta empreendida pelas associações de moradores, essas mulheres passam a experimentar as dificuldades na relação com o Estado. No caso das associações de moradores, onde a atuação se dá no confronto cotidiano com o aparato político-administrativo local, experimentam um “abrir” e “fechar” de espaços às suas reivindicações.

Como forma de superar a complexa relação com o Estado nessas duas últimas décadas, organizações e movimentos populares têm sido impulsionadas a construir novas estratégias de ação, criando redes de relações das mais diversas formas, seja com as entidades no interior da própria comunidade ou com grupos e organizações no nível mais amplo da cidade. Um exemplo de articulação em redes de movimentos e organizações que se formou no bairro, foi a realização do I ECOSG (I Encontro das Comunidades do Bairro Saco Grande II)²⁶.

²⁵Conforme Céli Pinto (1992:134-35), a inserção da mulher na esfera pública em relação a sua prática política, passa pela “construção de espaços de poder nos movimento liderados por homens, (...). Outra forma de construir seus espaços de poder, é através de grupos de mulher cuja identidade se constitui no mundo privado, como por exemplo o grupo de mães”. In: COSTA, A. O. e BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero*. Rio: Rosa dos Tempos, 1992.

²⁶ Sobre o I ECOSG vide capítulo 1, item: As redes entre organizações como estratégia de ação coletiva.

Numa das reuniões preparatórias ao Encontro, uma das entrevistadas salientou a importância e o porquê da participação das pessoas no evento:

A população vai para o Encontro por causa das pessoas do poder público que se farão presentes, por elas não conseguirem contatos com essas pessoas nas instituições, no cotidiano. Esse é o momento para se mostrar também que nós estamos na história da cidade, não apenas à margem da SC-401. (D. - APROCOM)

A relação de vizinhança - prática desenvolvida pelas mulheres no cotidiano do doméstico - se constitui numa das práticas políticas de articulação dos moradores no enfrentamento com o Estado. Essas relações afetivas de amizade e vizinhança influenciam a prática de rede entre organizações, uma sendo a origem cultural da outra. Em outras palavras, a articulação em forma de rede da associação com outras organizações surge a partir das relações estabelecidas no cotidiano entre atores individuais e coletivos.

A constituição de redes entre os atores (individuais e coletivos) desenvolve um processo de cooperação e de fortalecimento da luta política das associações frente ao Estado, formando uma nova cultura política, onde a participação e a representação começam a ter a mesma equivalência na construção de uma sociedade democrática.

3.2 - O cargo não é importante

A rígida separação das relações sociais a duas esferas dicotômicas - pública e privada - não dá conta da dinâmica e da complexidade destas relações. As inúmeras atividades que as mulheres desenvolvem na esfera pública, seja na comunidade, na vizinhança, na rua, no trabalho ou nos movimentos, “envolvem intermediações e relações múltiplas, difíceis de enquadrar em dois pólos dicotômicos” (Brito, s/d:2). Neste sentido, a autora adverte que nos estudos sobre

a participação política da mulher ainda há um espaço pouco trabalhado: a transversalidade nas relações das esferas pública e privada²⁷.

Observa-se que a dimensão da luta política da mulher na esfera pública tem uma prática dotada de dinâmica própria. Sua prática política parte em princípio das experiências na esfera privada como mãe, esposa, dona de casa e trabalhadora.

As mulheres, conforme assinalam Souza e Fontes (1993), “estariam menos ligadas a esquemas tradicionais de política, diferente dos homens que são historicamente e organicamente, ligados a essas formas tradicionais de representatividade” seja como membros de uma entidade comunitária, partido político ou movimento.

Quando indagadas sobre a importância de ocupar um cargo, as respostas abrangem os mais diversos motivos. Um dos principais motivos apontados se refere à falta de tempo em função da dupla jornada de trabalho, como segue nos depoimentos:

Se eu pegasse um cargo por exemplo, de presidente, primeira secretária ou primeira tesoureira, eu não iria dar conta, eu não iria levar o trabalho até o final, eu iria falhar, eu iria deixar algo a desejar pelo fato de que tenho muita coisa pra tocar. Eu sou dona de casa, eu tenho filhos, eu estudo, trabalho no período da tarde e à noite ainda vou pras minhas reuniões do MUCOF, da Associação, do COMOSG. (M. - AMSOL)

É muito encargo. É uma coisa que a gente tem que assumir com responsabilidade e eu trabalho o dia todo até oito e meia da noite. Eu posso ficar sempre de auxiliar, sempre ajudando, seja no que for preciso. (T. - AMSOL)

Estar num cargo de ponta na associação como de presidente, secretária ou tesoureira, ou ainda um cargo público como de vereador por

²⁷ Alguns estudos enfatizam a subordinação da experiência feminina no privado e mesmo quando seus papéis de mães e esposas, atuaram politicamente, considera-se um prologamento do doméstico em momentos determinados da vida política.

exemplo, é considerado uma grande responsabilidade e muitas vezes causa um certo medo, um certo receio como explicita a entrevistada:

Há muitos anos fui convidada pelo pai de um aluno a sair como candidata a vereadora pelo PMDB que na época estava bem escondidinho, porque ainda era governo militar, mas eu não aceitei, eu era funcionária da situação, tinha que ficar bem caladinha. A gente tem medo... O medo de ter que trabalhar pra uma coisa e não conseguir. (D. - APROCOM)

Outro motivo levantado pelas entrevistadas diz respeito à falta de instrução, de escolaridade. Muitas alegaram que pela falta de estudo, não conseguiriam desempenhar o cargo com qualidade:

Eu só participei do Conselho Fiscal, nunca peguei outro cargo, porque é muita preocupação, daí é muita carga pra mim, é muita responsabilidade, ...o meu estudo é pouco, não dá. (L. - AMSOL)

Ter um cargo, segundo as entrevistadas, não significa que não possa desempenhar outras funções. O cargo torna-se um mero instrumento burocrático na associação²⁸. A relação informal que se estabelece entre os membros leva em consideração mais a participação do que o exercício do cargo que ocupa.

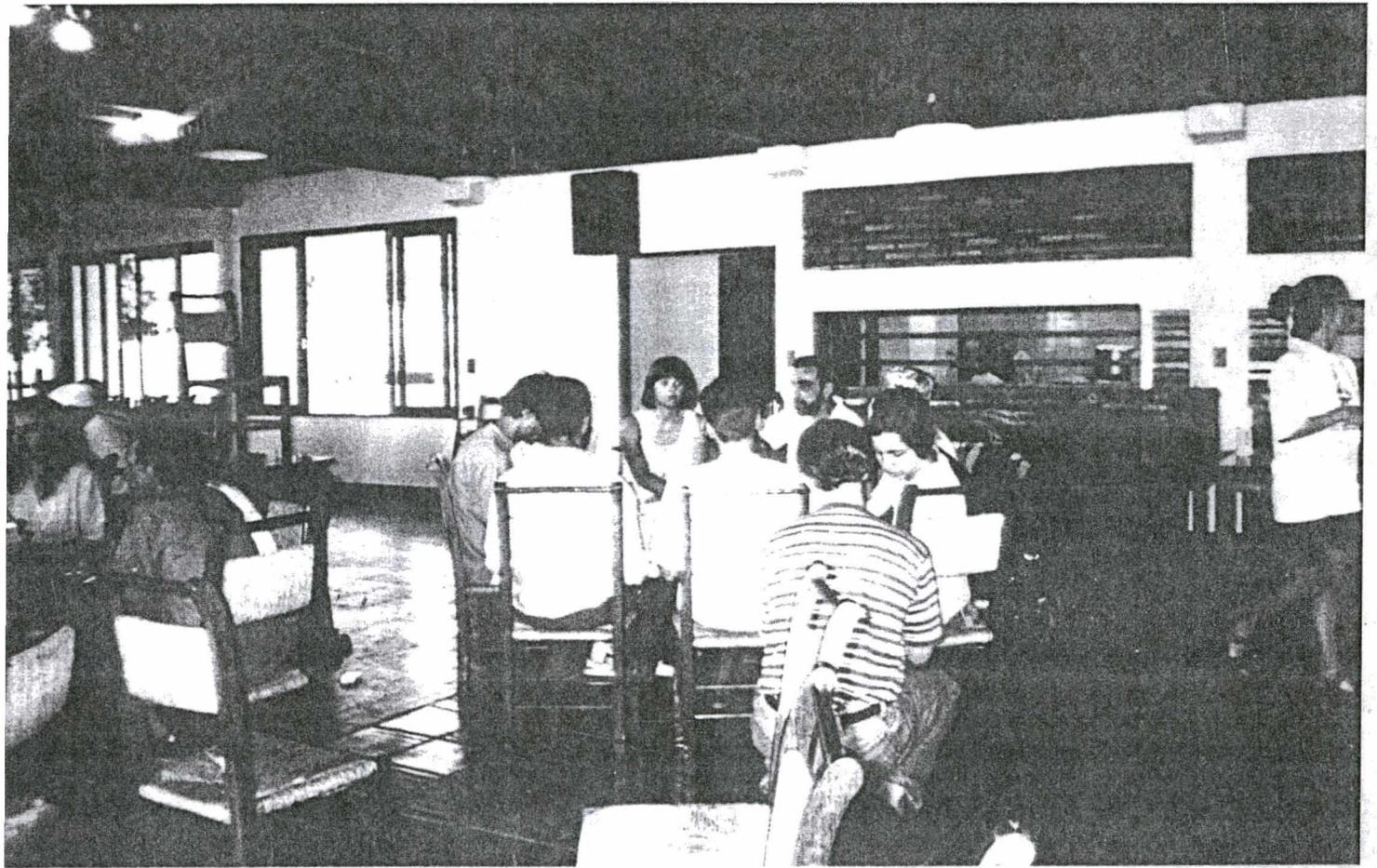
... Em matéria de se ter um cargo, cada um tem um cargo, mas não exerce exatamente aquela função. Por exemplo eu como tesoureira, se de repente tenho dificuldade pra fazer o meu trabalho, alguém faz pra mim que não é tesoureira. Então a gente divide muito o nosso trabalho. Então todo mundo pega junto. A gente é obrigada a ter um cargo devido a uma chapa que a gente tem que fazer para as eleições da associação, mas a gente tem o cargo da gente, mas isso não quer dizer que a gente exerça realmente só aquela função, a gente troca os afazeres. (N. - APROCOM)

Na associação de moradores os laços de afeto e cooperação, colocam-se acima de qualquer tipo de relação formal. As relações se caracterizam

²⁸ Uma das características do movimento associativista é o processo de institucionalização, que no caso das associações de moradores consiste em obter uma organização formal mínima. Apresentam em seu quadro organizacional uma diretoria composta por um presidente, secretários e tesoureiros, estatuto e inscrição oficial - CGC, o que lhe dá um caráter institucional. Mas essa busca da institucionalização deve ser entendida em um processo mais amplo, como forma de garantir sua representatividade e a conquista de seus objetivos coletivos.

pela horizontalidade, são mais democráticas e flexíveis. O coletivo tem por objetivo lutar pela melhoria da qualidade de vida, portanto, a participação torna-se fundamental e o cargo vem em segundo plano, ou muitas vezes não chega a ser levado em consideração.

CAPÍTULO 4



Mulher e Política

4.1 - O que é a Política para Mulheres e Homens das Associações de Moradores - APROCOP e AMSOL

A política pode ter um significado predominante na literatura acadêmica²⁹, mas no cotidiano percebe-se que não há uma política, mas diversas políticas que perpassam as relações entre indivíduos e entre atores sociais. Pode-se falar, por exemplo, da política da Igreja, do sindicato, da organização não-governamental, da associação de moradores, dos movimentos. Cada um pode não fazer a política da forma como é concebida tradicionalmente, mas certamente estas organizações e movimentos fazem uma política.

A ampliação do conceito de política na perspectiva de Baquero (1981), envolve não apenas o que diz respeito à política formal - às atividades como votar em eleições, pertencer a partidos políticos -, inclui também a política informal como as atividades dos movimentos e organizações sociais - protestos, greves, campanhas de mobilização, etc.

Pensada como atividade, a política tende a caracterizar-se como um processo dinâmico, que abrange as mais variadas propostas políticas da sociedade.

Diante da diversidade da vida cotidiana, a política aparece como forma de canalizar as diversas propostas emergentes da sociedade civil³⁰ organizada - organizações civis e movimentos sociais em geral. Neste contexto da cotidianidade, as organizações e os movimentos tem buscado criar novas formas

²⁹Conforme BOBBIO (1992), “o significado clássico de política aparece pela primeira vez na obra de Aristóteles, *Política*, e se referia a tudo o que é urbano, civil, público. Na época moderna, o termo perdeu seu significado original, substituído por expressões como “ciência do Estado”, “doutrina do Estado”, “ciência política”, “filosofia política”, etc., passando a ser usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a pólis, ou seja, o Estado”. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: Edunb, 1992.

³⁰A expressão “sociedade civil” será utilizada aqui na acepção de WOLFE (1992:17), o qual faz a distinção entre mercado, Estado e sociedade civil. Segundo o autor, Estado e mercado dirigem seu foco de estudos para o campo da economia e da política. No que diz respeito à sociedade civil, o foco se dirige para as coisas de menor porte e sua preocupação é com o social. “A sociedade civil tem sua atenção voltada para famílias, comunidades, organizações voluntárias, sindicatos e movimentos de base espontâneo - todas essas modalidades de organização social definidas pelo fato de que estão cercadas por instituições ainda maiores e mais abstratas. A característica fundamental da sociedade civil é que ela é flexível, disponível e aberta às pessoas comuns, à vida cotidiana (...)”. WOLFE, Alan. *Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, Estado e sociedade civil. Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGS*. Rio: IBASE/PENUD, 1992. Sobre o conceito de sociedade civil, ver também: ARATO, Andrew. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, n. 27, 1995. pp. 18-27. REIS, Fábio Wanderley. Cidadania, mercado e sociedade civil. *O Brasil no rastro da crise*. DINIZ, E.; LOPES, J. S. e PRANDI, R. (Orgs.) São Paulo: ANPOCS/IPEA/HUCITEC, 1994. pp. 328-49.

de organização e mobilização. Atualmente utilizam como estratégia a articulação de redes³¹ como forma de atribuir expressões políticas às suas lutas e reivindicações.

Através da organização e mobilização em torno de interesses sociais, organizações e movimentos enquanto agentes políticos, lutam por transformar em direitos suas reivindicações. Quando as mulheres lutam contra qualquer tipo de discriminação, seja sexual, no trabalho, no voto ou em qualquer outra atividade social ou individual, atribuem significado político às suas reivindicações, pois lutam por direitos a serem institucionalizados pelo Estado. Da mesma forma acontece quando as mulheres nas associações de moradores lutam pelo transporte, pavimentação, saneamento, etc., pois a luta por esses interesses específicos se somam a uma maior, que consiste na busca pela qualidade de vida em seu bairro.

No campo da política formal em que atuam os partidos, o parlamento e o executivo, a política tem como elemento inerente o objetivo de disputa pelo poder de ocupação do Estado. Para os movimentos e organizações sociais a lógica da política passa pelo sentido da participação e não pela disputa pelo poder do Estado.

Nessa perspectiva, o objetivo das associações de moradores não é a ocupação do Estado. O 'como' fazer política surge a cada situação dada no cotidiano. A diversidade imposta pelo cotidiano, imprime um caráter dinâmico e criativo à política executada pelas associações de moradores, pois as situações cotidianas exigem respostas imediatas.

Nesse sentido, a política das associações é diferenciada da política formal - vista como atividade das instituições públicas e disputa governamental. Enquanto a política formal limita o espaço da participação direta e ampla dos cidadãos aos momentos eleitorais, a política dos movimentos e organizações

³¹Sobre a questão das redes de movimento, ver SCHERER-WARREN, I. Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE, 8:3, Jul/Set, 1994.

sociais atuam tanto na abertura de espaço à participação popular como também constituem-se em instrumentos de pressão frente ao Estado.

Nas associações de moradores, o significado de política aparece como forma de expressar as aspirações cotidianas das pessoas, ligada às demandas por serviços de infra-estrutura urbana. Sua atividade política centra-se no exercício de um poder de direção horizontalizada, que privilegia o consenso.

Gohn (1995), num breve relato sobre a trajetória dos movimentos e organizações sociais, observa que nos anos 70 se caracterizavam pela capacidade de mobilização e voluntarismo. Na década de 80 a idéia de crise dos movimentos se fará presente tanto no plano das análises como da atuação dos movimentos. A autora atribui a essas mudanças a uma série de fatores, destacando entre eles,

a decepção progressiva da sociedade civil com a política, tanto com a praticada pelas elites dirigentes como a praticada pelos partidos, que progressivamente foi perdendo a capacidade de articular as contradições das demandas populares e das camadas médias, e foram se enclausurando em guetos corporativos. (Gohn, 1995:14)

A essa decepção com a política soma-se ainda outro fator, a restrição da participação popular nas esferas de decisões políticas no país, a qual se limita apenas aos momentos eleitorais.

Quando indagadas(os) sobre o que pensam da política (refereindo-se à política formal), mulheres e homens não esconderam seu descrédito e desencanto. A política é vista como algo perverso, voltada para interesses politiqueros e um meio em que se desenvolve a corrupção, como demonstram os depoimentos a seguir:

Essa política é uma política tão suja ... Está metida em tudo. Qualquer coisa que tu está fazendo a política está ali na porta. (I. - APROCOM)

Infelizmente, penso as piores coisas possíveis. Bom, de um modo geral, desonestidade, corrupção, os políticos não cumprem o que prometem, não estão no cargo para atender a população. Em princípio eles pensam só neles...nós estamos vendo esses acordos que eles fazem para votar

projetos, pra conseguir votos no Congresso. Quer dizer então ..., a política brasileira não tem e falta além de tudo, credibilidade. (Z. -APROCOM)

Por outro lado, a política é vista também como necessária à governabilidade, como espaço de participação:

Por um lado eu acho que é bom, porque sem a política como é que eles vão governar. Eu acho que é obrigado a ter política e políticos. (A.- AMSOL)

Eu acho que a política tem que existir, porque nós estamos num país democrático, sem a política eu acho que nós estaríamos numa ditadura, provavelmente. Porque 20 anos que se passou na ditadura não teve praticamente política, só teve um partido e elegia a pessoa de casa. Eu acho que a política pra mim, eu acho que é importante porque nós estamos num país livre, agora tudo depende de escolher a pessoa, porque nós temos liberdade pra isso. Só que normalmente pra gente é difícil escolher... (L. - APROCOM)

Algumas entrevistadas demonstraram a preocupação em diferenciar o que seja a política institucionalizada da política do movimento comunitário, segundo elas é preciso separá-las para garantir a autonomia do movimento, da entidade:

Política e movimento comunitário não podem ser misturados. Eu sou da seguinte opinião: acho que não dá para misturar as duas coisas, são dois compartimentos estanques. De um lado é o movimento comunitário, de outro é o movimento político. As duas coisas misturadas dá em nada. O movimento comunitário perde sempre, porque é a autonomia do movimento comunitário que garante, que faz com que ele seja o que é. Primeiro lugar, o movimento comunitário tem uma especificidade que é toda própria. Ele é nuclear, ele vive em núcleos. O movimento político é abrangente. Segundo lugar, o movimento comunitário se dirige para um conjunto e não para um grupo específico como faz o movimento político. O movimento político tem seus próprios interesses... O movimento comunitário não, quando você lida com o movimento comunitário, tu está lidando com os moradores. O morador pode ser professor,

pode ser lixeiro, pode ser..., é todo mesclado. Não há uma linha como há no movimento político, e você não é o presidente de uma associação de moradores para um morador, é para todos os moradores, não importa o que eles pensam ou deixam de pensar. E além disso, o movimento comunitário é altamente reivindicatório e o movimento político não. O movimento político já se insere na questão da configuração social, interfere na infra-estrutura, enquanto que o movimento comunitário é reivindicatório, é voluntário. O movimento político se faz via regimentação concreta de pessoas e com interesses pessoais. Então os dois não têm pontos em comuns, exceto o fato de que ambos são políticos, só que enquanto o movimento comunitário vê a política como uma questão global, o partido político vê isso dentro de uma linha ideológica daquela dimensão. Mas é o único ponto de contato que eles tem, e ainda sim um ponto de contato discutível. (D. - APROCOM)

Continuando seu depoimento, a entrevistada destaca outros pontos como a política enquanto jogo de interesses é danosa para o movimento, para a organização:

Eu acho que na hora em que um dirigente comunitário se candidata a alguma coisa [ao nível da política formal], ele automaticamente está criando um óbice para o movimento. Ele deixa de ser um movimento comunitário. O menos ruim que pode acontecer é ele se afastar durante um período “x” do movimento..., quer dizer, o menos ruim que pode acontecer é a perda de quadros, o pior que pode acontecer é o envolvimento das duas coisas de forma danosa, ou seja, a pessoa usar o movimento comunitário pra interesses próprios, políticos. (D. - APROCOM)

Para outra entrevistada, a política e conseqüentemente os políticos, não devem interferir ou intermediar a relação da associação com o poder público, porque quando o fazem são por interesses particulares e a associação seria a legítima representante dos moradores no bairro:

Olha, a política pra mim, não sei, pode ser até que eu esteja enganada, mas eu acho que a gente tem que trabalhar sem ficar se envolvendo, dependendo das pessoas para dar algo em troca. Eu acho assim: se a gente tem um problema num bairro, esse problema é a COMCAP quem deve

resolver. Então nós temos que ir até à COMCAP, nós somos representante da comunidade, porque eles estão lá para nos receber e nos dar respostas, e no caso do político quando ele faz isso, ele já faz pra mostrar pra comunidade que ele está fazendo benefício em troca depois de voto. Queiramos ou não, na política hoje, as pessoas que às vezes se interessam muito pela comunidade, é porque depois elas vão se candidatar, daí elas vem cobrar. Então eu acho que a entidade comunitária ela tem que ser realmente de coração, tem que ter amor à coisa e querer a melhoria para o bairro.
(N. - APROCOM)

A partir desse depoimento, observa-se que a associação detém um certo tipo de poder proveniente de sua representatividade, embora este poder seja particular e localizado num determinado espaço, o bairro. A força da associação provém do seu compromisso como instrumento da coletividade, dispensam as regras da política formal e priorizam a autonomia do movimento.

Quanto aos políticos, observaram as(os) entrevistados(as), que só aparecem em épocas de eleições, tanto para as eleições das entidades comunitárias³² como nos pleitos oficiais. Visam essas organizações como formas de utilizar seus trabalhos em proveito próprio, com objetivos eleitoreiros, no entanto, como declara o depoimento a seguir, seriam eles que deveriam trabalhar pelo bairro:

O que eu não vejo com bons olhos, por exemplo, o que está ocorrendo hoje ali no COMOSG, quando as pessoas por exemplo, se aproximam quando há eleição de uma entidade, quando há eleição de algo maior como o Conselho Comunitário, por uma questão de objetivos eleitoreiros, e hoje ocorre. Todas as comunidades elas têm seus próprios partidos... Por exemplo, nestes casos específicos, como todo mundo, o povo hoje se vende muito fácil pra tudo quanto é coisa. Então eu acho isso uma questão muito delicada, eu acho que o trabalho, a orientação mais política tem que se dar nesse campo. Eu acho que eles têm que acordar né, eles não tem que vender nada, eles não têm que se comprometer com nada. É quem está se elegendo que vai ter que fazer alguma coisa por aquela comunidade. Não é a comunidade que tem que pedir. Pra que então senador, deputado, aquela

³² Um exemplo foi a eleição para o Conselho Comunitário do Bairro Saco Grande (COMOSG), realizada em novembro de 1995, a qual mobilizou vários partidos e lideranças políticas local e federal.

coisa toda... Porque no ano passado, na eleição passada, eu achei uma coisa muito engraçada, porque tinha pessoas que colocaram em seus próprios estabelecimentos de venda, sacolinhas com a carinha do candidato tal, fornecendo para os moradores mais pobres, e isso eu acho incorreto. Eu acho que se está dando tem mais é que pegar, mas não se comprometer e nem comprometer sua entidade. Porque daí, sabe, eu acho que fica uma coisa muito delicada, delicada mesmo. Eu acho assim, quer ajudar, está afim de colaborar, tudo bem, mas é uma questão individual de cada um. (M. - AMSOL)

Com relação a autonomia da entidade, a entrevistada vai mais além e levanta sua preocupação com o fato da manipulação política e a transformação do bairro em espaço para atuação de apenas um político, o que não significa democracia, pois as entidades comunitárias deveriam contribuir para uma educação política e abrir espaço para outros participarem:

Não deve partidarizar a entidade e nem se quer assim o bairro, porque ela tem uma característica muito forte. Eu me lembro que na campanha para um determinado candidato eleito, uma parcela inteirinha do bairro era fechada estrategicamente com o cara... Se você quiser fazer um debate mais ampliado com os candidatos, deve chamar todos eles, faz um debate amplo, chama todo mundo para uma mesa redonda e vê as propostas e pronto. Daí você vai votar em quem quiser, entende. Em vez de chamar um único candidato para a comunidade, já que você vai fazer isso, passe pra todo mundo, deveria ser mais democrático pelo menos um espaço mais democrático. (M. - AMSOL)

Outro aspecto do desencanto, já mencionado, é o fato de os políticos aparecerem somente em épocas de eleições no bairro, “mentir” para conquistar votos e depois nunca mais voltarem para se inteirar dos problemas da comunidade:

Em cinco anos que moro aqui nunca vi um vereador subir o morro, eles não voltam aqui agradecer o pessoal, agradecer os votos que receberam. Eles vem daqui a dois anos mentir pra pegar mais votos. Então a gente pede que eles tenham um pouco de consciência e visitem o pessoal, vejam o que a comunidade está necessitando. Então é isso o

que a gente pede para os políticos, que façam isso aí, que estiquem o trabalho conforme eu estou fazendo. (A. - AMSOL)

Com base nos depoimentos acima, observa-se que a política formal é julgada como insatisfatória e que está voltada para interesses particularistas. Soma-se a este aspecto, a insatisfação em relação às instituições tradicionais da política - Estado, partidos, processos eleitorais - o descrédito na capacidade da política oficial em atender as demandas dos atores sociais. Nesse sentido, o desencanto parte da percepção de que as decisões políticas se distanciam cada vez mais do cotidiano dos indivíduos, dos movimentos e organizações sociais.

Se por um lado a relação com a política e os políticos aparece como fator de desencanto, por outro, constata-se que tantos os movimentos como as organizações sociais “não estão imunes às relações clientelistas” (Pinto, 1992:141), principalmente no Brasil onde historicamente este tipo de relação permeia as relações políticas³³.

Por estabelecerem uma relação direta com o Estado através do confronto ou de laços pessoais com representantes do âmbito político-administrativo, a atuação das associações de moradores é vista por alguns autores como uma atuação ambígua,

elas efetivamente tematizam tensões das esferas privadas, revelando o caráter geral e conferindo tratamento público a questões como moradia, saúde, educação, etc. Ao mesmo tempo, entretanto, conforme mostram diferentes trabalhos, as organizações de moradores procuram beneficiar-se dos “relacionamentos clandestinos” com o Estado e o sistema político, através de suas cúpulas, acordos (para apoio político, para obtenção de melhorias para o bairro ou até de vantagens pessoais) que nunca são objeto de discussão pública, nem mesmo no nível do conjunto dos membros da associações. Nesses casos, as organizações de moradores

³³ O objetivo aqui é trabalhar a noção de relações clientelistas dos movimentos sociais com o Estado de uma forma mais geral. Para um aprofundamento sobre a tradição clientelística local ver os trabalhos de: FRANZONI, Tereza Mara. *As “perigosas” relações entre movimento popular comunitário e a administração pública municipal na Ilha de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Florianópolis: UFSC, 1993. FANTIM, Maristela. *Sujeitos em mudanças: experiências populares de educação, organização e participação no Morro do Horácio - Florianópolis, entre 1982-1992*. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo: PUC, 1993.

agem, da mesma forma que os grupos de interesse, buscando “feudalizar” o Estado e fortalecendo os seus traços particularistas. (Costa, 1994:50).

Apesar da relação ambígua que se estabelece entre Estado (política formal) e associações de moradores, a participação política na esfera pública tem um caráter ativo, de comprometimento com os interesses coletivos da comunidade.

Diante de um Estado excludente e que privilegia interesses particularistas vinculados ao setor político-econômico, os atores organizados da sociedade civil encontram nas associações de moradores - como nos movimentos e demais organizações sociais - espaço para a prática de resistência às relações clientelistas e construção de uma cidadania ativa, passando de “sujeitos do pedir” para “sujeitos do fazer” (Pinto, 1992:142).

4.2 - Movimentos e Organizações Sociais: Espaços de Visibilidade das Questões de Gênero.

Durante os anos da ditadura militar no Brasil, a sociedade civil passa a ser excluída dos debates políticos. Nesse período, os movimentos sociais se constituíam numa forma de resistência política alternativa e em espaços para a emergência de novos atores como as associações de moradores, o movimento de mulheres, o movimento negro.

／ A partir desses novos atores, surgem também novas questões sociais. Com relação ao movimento de mulheres, formam-se basicamente dois grupos. Um grupo é constituído pelas mulheres organizadas no movimento feminista e tinha como objetivo denunciar a subordinação das mulheres juntamente com o Movimento Pela Anistia³⁴. As mulheres dos setores populares que se organizavam nos Clubes de Mães e associações de moradores, lutavam por melhores condições

³⁴Ver GOLDBERG (1989). Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. In: *BIB*. Rio: ANPOCS, n. 28, 2º semestre de 1989. pp. 42-70.

de vida, reivindicando infra-estrutura e serviços públicos como transporte, saúde, saneamento, educação, habitação, etc³⁵.

Apesar dos grupos lutarem por objetivos específicos, ambos tornaram visíveis a condição da mulher rompendo desta forma, segundo Barsted (1994:41), com sua “invisibilidade histórica”.

No processo de redemocratização do país na década de 80, os movimentos de mulheres tornaram-se interlocutores da sociedade junto ao Estado, na luta pela implementação de políticas públicas que levassem em consideração as questões de gênero³⁶.

A luta para transformar suas reivindicações em direitos, levou o movimento de mulheres - inicialmente o movimento feminista - a ampliar a noção de cidadania com a introdução da questão de gênero/

Atualmente a problematização das relações de gênero e os ‘anseios’ da esfera privada, não estão restritos apenas ao movimento feminista. São preocupações de diversos movimentos e organizações sociais, que de forma indireta buscam reivindicar e lutar pela implementação de políticas públicas que incorporem a questão do gênero.

Os movimentos de mulheres dos setores populares como por exemplo o de mulheres agricultoras ou de mulheres de periferias urbanas, não se auto-identificam com o feminismo, mas a questão de gênero está presente no processo de construção da autonomia desses movimentos. //

O movimento de mulheres agricultoras, surge da iniciativa de setores da Igreja Católica aliados à teologia da libertação com o objetivo de “politizar a fé das camponesas”. Esse processo de politização incentivou as mulheres agricultoras a questionar a sua condição e começaram a discutir

³⁵Sobre os Clubes de Mães, Grupos de Mulheres e o Movimento Contra a Carestia, ver SADER, Emir. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

³⁶Conforme BARSTED (1994:43-4), “o reconhecimento da importância política da luta feminista resultou na criação de diversos órgãos públicos, programas governamentais e iniciativas voltadas para as mulheres como: o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM); o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM); os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher; as Delegacias de Mulheres; a mudança legislativa constante na Constituição Federal (1988), Constituições Estaduais (1989) e Leis Orgânicas Municipais (199); etc...”. In: *Revista Estudos Feministas*. Rio: CIEC/ECO/UF RJ, 1994. pp 38-54.

questões feministas consideradas hostis pela Igreja como direitos reprodutivos, sexualidade, aborto³⁷.

/O movimento de mulheres de periferia se organizou em torno de necessidades imediatas como creche, saneamento, transportes, etc. A participação nas organizações de moradores, possibilitou a essas mulheres questionarem as relações de poder na família e na comunidade³⁸/

Outros movimentos, também têm incorporado na pauta de luta a questão de gênero, como por exemplo o Movimento de Meninos e Meninas de Rua e o Movimento Negro. Nas organizações não-governamentais (não apenas as ONGs feministas), o gênero faz parte de projetos e da política de ampliação do campo de atuação desses atores³⁹.

4.3 - A Cidadania é uma Conquista Cotidiana.

A noção de cidadania implica participação política. Essa participação surge, como bem observa Cardoso (1988), tanto para os movimentos de mulheres como para os demais movimentos e organizações, como “o desejo de exercer algum controle sobre a execução das políticas públicas, a garantia dos direitos adquiridos e a deslegitimação das opressões baseadas em critérios étnicos, de gênero ou de idade” (Cardoso, 1988:75).

Nesse sentido, os movimentos sociais dão à participação política um significado democrático e popular. Buscam uma participação política que não se restrinja à época das eleições, a uma democracia apenas representativa. Através de suas lutas e reivindicações tentam abrir espaços na relação com o Estado no

³⁷ Sobre o movimento de mulheres agricultoras e sua relação com a Igreja ver DABOIT, Pedro. *Do sócio-religioso ao sócio-político: a nova relação entre o Movimento de Mulheres Agricultoras e a Igreja Católica no Oeste Catarinense*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1996.

³⁸ Ver DELGADO, Maria Berenice G. e SOARES, Vera. O movimento de mulheres na transição democrática brasileira. In: HELLMANN, M. *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1996.

³⁹ Ver MARQUES, Siomara. A questão do gênero nos movimentos sociais em Florianópolis. Monografia de Conclusão de Curso. Florianópolis, UFSC, 1993.

sentido de construir uma democracia, em que as decisões sejam de interesse coletivo e geral, que contemple toda a vida em sociedade.

Rolnik (1994), define cidadania associada à idéia de alteridade, como sendo “o reconhecimento e respeito pelo outro”. Nesse sentido, a autora define democracia como

um regime no qual a soberania pertence ao conjunto dos cidadãos que, em princípio, são todos os membros de uma sociedade: todos considerados indivíduos, iguais em seus direitos perante a lei, independentemente de classe, cor, sexo ou religião. (Rolnik, 1994:157)

○ reconhecimento público do outro implica o reconhecimento público de diferentes identidades sociais, de perceber que o modelo de cidadão aparentemente “neutro” estabelecido pelo Estado moderno, oculta preconceitos, opressões e discriminações sociais. É contra essa noção de cidadão que o movimento de mulheres vai se rebelar, reivindicando o acesso à cidadania aos “diferentes” (mulheres e minorias)./

//Construir a cidadania para as mulheres passa, segundo Galeotti (1995), pelo “reconhecimento público, entendido como suporte para vencer o sentimento de autodesprezo, falta de estima e de segurança, ligado à humilhação de pertencer ao gênero subordinado” (Galeotti, 1995:250).

Essa baixa-estima tem levado as mulheres a desvalorizar e até mesmo negar o trabalho doméstico porque não é reconhecido publicamente, muitas vezes nem mesmo por seus companheiros./O depoimento a seguir demonstra esse fato:

A mulher tem que trabalhar fora, fazer alguma coisa fora de casa. O serviço de casa é muito chato. Os homens não conseguem mais viver com uma mulher que se preocupa só com a vidinha de dona de casa, cuidando só dos filhos. Muitas mulheres aqui no bairro levam essa vidinha, umas não fazem nada o dia todo. Os maridos acabam cansando. Eles querem uma mulher mais dinâmica, que os acompanhe. (N. - APROCOM)

A identificação com o lado considerado negativo do gênero feminino (o trabalho doméstico), constitui-se num dos fatores que tende a impedir o desenvolvimento da sua auto-estima, necessária para pensar-se enquanto identidade feminina. A idéia de mulher reconhecida publicamente é aquela que trabalha fora, que é “dinâmica” e não gasta energias com a vida doméstica. Se dedicar ao trabalho doméstico, significa, “não sobrar tempo para o trabalho, para a vida comunitária, para o lazer, etc” (D. - APROCOM).

O encapsulamento da mulher na esfera privada lhe conferiu um papel secundário na sociedade, a distanciou da participação pública e conseqüentemente da cidadania. Suas atividades baseadas nas funções de reprodução e cuidados com a família, constituem-se fatores que limitam sua participação na esfera pública.

/A separação sexuada entre público e privado⁴⁰, reforçou as desigualdades sociais e políticas entre homens e mulheres. Aos homens coube as atividades da esfera pública, como o poder de decisão e representação sobre os demais indivíduos da sociedade. Historicamente os homens dominam a esfera pública, fizeram as leis, organizaram o Estado e a sociedade de acordo com uma concepção de mundo e deixaram a outra metade da sociedade, as mulheres, fora da política e de seu projeto de sociedade. Conforme o depoimento a seguir, os homens em função de seu papel social, teriam maior facilidade de lidar com o público, entram e saem de uma instituição a hora que querem. A mulher quando assume um compromisso na esfera pública se dedica mais, permanece por mais tempo/

Para os homens participar da vida pública é uma coisa tão natural quanto respirar. Para mulher é uma conquista. Mas por exemplo, os homens podem a qualquer tempo, da mesma forma como entraram, saírem do movimento ou da entidade. Nós tivemos muito mais homens entrando e saindo da associação. As mulheres não, elas conquistam o espaço. Se elas realmente conquistam, elas vão permanecer.

⁴⁰Conforme VARIKAS (1996), “a diferenciação associada à separação sexuada do privado e do público estabelece não apenas o termo da sujeição mas também as condições de acesso das mulheres à igualdade dos direitos”. In: *Revista Estudos Feministas*. Rio: CIEC/ECO/UFRJ, 1996. pp 65-94.

Nós temos mulheres ali que chegaram para ficar uns seis meses, e já tem uns cinco anos de associação. Em troca nós já tivemos homens que saíram..., para o homem é muito fácil entrar e automaticamente é muito fácil sair, para a mulher aquilo ali se torna uma conquista. Uma conquista e às vezes até uma conquista que ela depois traz pra dentro de casa. Eu notei isso já, eu notei em algumas mulheres que a associação permitiu que elas repensassem o papel delas dentro de casa e fez com que elas alterassem alguma coisa dentro de casa. (D. - APROCOM).

Inserir-se na esfera pública, tem um significado de conquista para as mulheres. Para essa conquista, torna-se necessário vencer as limitações à qual foram submetidas socialmente: a de reprodução e cuidados com a família. A experiência que aos poucos vão construindo na esfera pública, seja no trabalho, na associação de moradores ou nos movimentos, coloca-as em confronto com a esfera privada. Através desse confronto tendem a repensar a atribuição das mulheres na vida privada e a transformar as relações tanto na família, no trabalho, como na associação de moradores.

Conforme já foi mencionado, a motivação inicial à participação no movimento comunitário parte das suas necessidades sentidas na esfera do privado e da percepção de que as soluções para os problemas do bairro não podem se dar de forma isolada. Percebem que para ter qualidade de vida, é necessário “união” entre os moradores para então poderem reivindicar o tratamento de água, o saneamento, a pavimentação da rua, etc.

Moro no bairro há 8 anos, não havia nada antes, nem luz elétrica. No início os moradores se reuniam em grupo para comprar os postes e colocar em regiões de fácil acesso, e depois os outros puxavam um rabicho... E foi indo, foi indo, que com muita união conseguimos o que temos hoje no bairro. (T. - AMSOL)

Enquanto agentes de mudança, essas mulheres atuam na esfera pública, a partir de sua experiência na esfera privada. É a partir dessa experiência, como afirma Perrot (1993), que

permitirá pensar porque as mulheres, ao assumir a vida pública, têm certas características, assumem determinados espaços, se relacionam com a vida privada de uma determinada maneira... (Perrot in: Lobo, 1993:68).

Nesse sentido, o movimento comunitário surge como espaço possível à conquista da cidadania, pois a experiência que adquirem através da luta por melhores condições de vida permite-lhes perceber o sentido de sua exclusão e reclusão à esfera privada, ao espaço doméstico.

4.4 - A Associação de Moradores como Espaço para o Exercício de Cidadania e Reconhecimento Público

As mulheres que participam das associações de moradores - APROCOM e AMSOL - não se auto-denominam feministas e não estão nas lutas e organizações feministas, mas de certo modo reivindicam seu espaço, sua cidadania através de seu trabalho comunitário, voluntário e altruísta. Para essas mulheres, participar da associação implica em “suspender” parte de seu cotidiano, colocar algumas responsabilidades como família, casa, trabalho, em segundo plano. Esta suspensão conforme Netto e Falcão (1987:27), “é temporária, mas a apreensão de plenitude obtida permite ganhos de consciência e possibilidade de transformação do cotidiano singular e coletivo”. O significado de estar atuando, fazendo algo pela comunidade eleva suas capacidades individuais e sentem-se pessoas capazes de promover mudanças e enriquecer mais o seu cotidiano.

Nesta perspectiva, a participação na associação passa a ser uma possibilidade de construção da cidadania. Cada atividade empreendida torna-se um exercício de cidadania, sejam elas reuniões, assembléias, encontros, manifestações, ou contatos com o poder público.

Nas reuniões ou assembléias as pessoas se reúnem para discutir e deliberar sobre os problemas do bairro. Este exercício permite uma interiorização subjetiva das questões coletivas, um aprendizado de cidadania. Outro momento ocorre através da manifestação de solidariedade com outras entidades e

organizações, como esclarece o depoimento deste entrevistado: “É na convivência com outras associações que se foi aprendendo como se organizar” (A. - AMSOL).

Outra forma de ampliar seu espaço de atuação, tem acontecido através da articulação em rede com outras organizações do bairro e da cidade. Nesta estratégia de encaminhamento da luta por infra-estrutura urbana, os atores entram em contato com lideranças políticas, com órgãos públicos e sentam frente a frente para reivindicar e negociar soluções aos problemas do bairro. Um exemplo dessa experiência foi o contato de várias organizações com a Promotoria das Coletividades sobre um lixão na entrada do bairro Saco Grande II, que está aterrando o mangue. Além de prejudicar a saúde da população e o aspecto estético do bairro, o lixão causa degradação ambiental. Para esta audiência se fizeram presentes quatro organizações: APROCOM, AMSOL, CECCA⁴¹ e I ECOSG, todas representadas por mulheres naquela ocasião.

Essas mulheres, através da participação nas atividades da associação de moradores, começam a perceber que os problemas a serem solucionados precisam sair da esfera privada e ganhar espaço na esfera pública, que a cidadania é construída no espaço público, não na vida doméstica, no trabalho doméstico.

A cidadania para as mulheres que participam das associações de moradores tem um significado de reconhecimento público de sua atuação no bairro e na entidade, e de mudança das relações familiares e de vizinhança. Participar da associação torna o indivíduo público, presente nos processos de mudança da história do bairro, como ilustra o depoimento a seguir:

O movimento comunitário nos deu uma coisa muito importante, ele nos destacou na multidão, quer dizer, ele transforma você em cidadão de primeira categoria, ele te destaca na multidão. Hoje eu conheço pessoas que trabalham, por exemplo, no meu universo, que têm privação não só do contato, porque isso é social, mas sobretudo da interferência com senadores, governadores, deputados, prefeitos, secretários, como nós tivemos. Eu hoje, se tu dissesse: - amanhã você vai falar com o Presidente da República!, eu vou falar com ele como igual, eu sei o que eu

⁴¹ O CECCA (Centro de Estudos, Cultura e Cidadania) se fez presente enquanto uma ONG de assessoria.

vou dizer pra ele. Nós dois somos cidadãos. Então isso, o movimento impera, então mais do que isso é a capacidade de perceber as coisas, inferir as coisas e trabalhar em cima delas. Tu pode até não conseguir toda a interferência que tu quer, tudo o que tu quer, mas tu vai muito mais longe do que jamais tu iria em outras condições. (D. - APROCOM)

O reconhecimento público vem através da entidade e do trabalho coletivo. A cidadania é percebida não como uma construção isolada (privada), mas como um “status” conquistado a partir do coletivo, da capacidade de representatividade de uma coletividade, do desejo de participação no espaço público. O investimento pessoal no movimento, na associação, de alguma forma é retribuído como conta a entrevistada:

Então eu acho que nesse aspecto, o movimento me deu muitas coisas, certo; eu dei mas ele me retribuiu em igual quantidade. São as relações interpessoais que são tremendamente importantes, na minha opinião. (D. - APROCOM).

As atividades desenvolvidas nas entidades tem um conteúdo mais geral, voltam-se para os problemas de infra-estrutura e falta de serviços urbanos. No planejamento das associações não está previsto nenhum projeto sobre as mulheres. As questões mais específicas da condição da mulher ficam diluída no discurso ou nas atividades das entidades.

Mas a questão do gênero aparece em vários momentos, nas reuniões, encontros, atividades organizadas pelas entidades e nas entrevistas, mas pouco foi pensado em discutir suas especificidades.

Quando o pessoal traz problemas para a associação são mais ou menos os mesmos, os problemas são os mesmos, são sentidos igualmente por uns e outros. Se é transporte coletivo, se é questão de esgoto, se é questão disso ou daquilo, não vejo assim que as mulheres tragam problemas específicos, até acho que deveriam trazer, mas daí lançariam uma outra luz sobre a questão. Eu acho, por exemplo, sempre achei, tenho defendido isso, mas está difícil de o pessoal assumir, que nós tínhamos que começar a discutir dentro das entidades a questão da gravidez precoce. Eu acho

que isso é uma discussão a ser feita por mulheres, vai ser difícil fazer com os homens juntos no primeiro momento. Eu acho que a questão das drogas devia ser discutida pelas mulheres. São elas que são responsáveis pela prole ainda. É a prole que esse negócio atinge mais. Eu acho que tudo o que diz respeito com a vida devia ser discutido com as mulheres, porque as mulheres tem uma outra visão de vida, então eu acho que isso devia ser discutido por elas. Deveria se discutir a questão da saúde muito mais pelas mulheres, a questão da contracepção. Eu acho que tem um largo espaço para as mulheres por aí ainda não ocupado... Acho que a associação teria condições de chamar algumas pessoas para discutir inicialmente e aos poucos ir ampliando e criando propostas de trabalho... Agora, eu já propus isso. Naquela ocasião a diretoria era essencialmente masculina, mas os homens barraram, eles não gostaram da idéia. Eles acharam que era mexer numa casa de marimondo... O que eles não notam é que, no momento em que a coisa se torna público, já não é mais privado, não existe mais privado nisso. A droga não é privado, o nascimento de crianças fora de hora não é privado, é social. Mas os homens, a tentativa masculina é sempre de separar. Então duas vezes eu tentei, duas vezes. Agora eu estou esperando, com essa diretoria mais feminina e mais mulheres a gente vai ganhar uma votação dessas. (D. - APROCOM).

O espaço para trabalhar as questões específicas do gênero é algo ainda a ser conquistado nas entidades, pois o aprendizado da cidadania para mulheres e homens, segundo Lobo (1993), “passa necessariamente pela relação da problemática entre vida pública e vida privada, pela compreensão das diferenças” (Lobo, 1993:75). O depoimento desta entrevistada aponta formas de como a associação pode ser espaço de discussão das questões de gênero:

A associação pode encaminhar, no campo das mulheres uma questão de orientação, tem muito pra se discutir; digamos se você quiser tratar qualquer problema relacionado à mulher, seja a violência, seja o planejamento familiar, seja um debate com as mulheres pra ver como é que está a vida delas, sabe, eu acho que a associação poderá procurar pessoas que entendam, pessoas do ramo pra fazer debates na comunidade, sobre as drogas também... Quer dizer, é através da associação que a gente vai trabalhar essas

questões. O problema da violência, nós temos que trabalhar diretamente com a comunidade. Nós temos que tentar resolver via associação antes de chegar a um caso de polícia ou antes de..., eu acho que é um trabalho de conscientização. (M. - AMSOL)

A participação da mulher nos movimentos, organizações populares, faz emergir um novo sujeito, transforma a mulher de sujeito privado em sujeito público. Na esfera pública, torna visível a condição feminina, seja no aspecto das relações afetivas na família, no bairro ou na associação, seja na luta política por condições de vida melhor.

Suas reivindicações por creche, água encanada, rua pavimentada, coleta de lixo, segurança, partem dos problemas vividos no privado. Através da experiência na associação de moradores, a mulher tem percebido que o poder público não reconhece o valor social da esfera privada pela negligência com que trata essas questões. Percebe que a cidade não é pensada para mulheres e crianças, que as políticas públicas não contemplam as diferenças de gênero, que a cidadania é algo ainda a ser conquistado, como ilustra o depoimento:

(...) mas eu acho assim, que a gente tem que avançar muito mais nas questões políticas ainda, porque a mulher tem que ter o mesmo poder de decisão neste país. Ela tem que somar em tudo, né? (M. - AMSOL)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo foi possível verificar que a participação das mulheres na entidade comunitária influencia na prática política das organizações e nas demandas por políticas públicas. Ao mesmo tempo, a participação feminina na associação de moradores, tem contribuído para repensar o papel da mulher no âmbito da família, do trabalho e da cidade.

Nos últimos trinta anos, se intensifica a participação da mulher na esfera pública. Sua inserção no mundo do trabalho assalariado, no parlamento, nos movimentos e organizações sociais tem transformado as relações de gênero nas esferas pública e privada da vida cotidiana. Sob o regime autoritário nas décadas de 60 e 70, as mulheres se organizam nos movimentos populares e no movimento feminista. Esses movimentos tornam-se espaços de resistência ao regime e de questionamento das condições de vida da mulher na esfera privada.

Com a inserção das mulheres na esfera pública surgem também novas questões sociais. As mulheres passam a denunciar sua condição de subordinação nas esferas pública e privada. Através dos grupos de mães e associações de moradores, as mulheres passam a lutar por melhores condições de vida na periferia urbana. Reivindicam ao poder público serviços e infra-estrutura urbana.

A saída da mulher dos limites do privado não ocorre de forma tranqüila. As relações sociais e afetivas se transformam, sejam elas familiares, de amizade ou vizinhança. Essa transformação nas relações sociais não se dá sem tensão e conflito. Antes mesmo de trabalhar os conflitos que se geram na esfera privada, no doméstico, as mulheres enfrentam seus próprios temores, suas barreiras interiores. Como demonstraram alguns depoimentos, esses conflitos mais íntimos aparecem quando se referem ao sentimento de culpa por não estarem “cuidando bem da família ou da organização da casa”, por não levarem um “vida normal”. Aparece também quando se referem ao medo de assumir um cargo mais representativo na associação ou uma carreira política. Mas esses fatores não

impedem seu desejo de participar, pelo contrário, instigam à participação. Elas percebem que para vencer essas barreiras é preciso estar atuante, seja na associação de moradores ou no trabalho.

A luta por melhores condições de vida e cidadania passa, necessariamente, pelas transformações nas relações de gênero. No âmbito doméstico, a mulher começa a questionar a divisão social do trabalho e as relações de poder na família. A inserção na esfera pública, levou a mulher a assumir uma sobrecarga de trabalho. Na família começa a negociar a distribuição das tarefas domésticas e a divisão de responsabilidades. A democratização das relações e do trabalho na esfera doméstica vem se alterando lentamente, pois é na esfera ultraprivada do doméstico que se encontra a cultura do gênero feminino - ser mãe, esposa, dona de casa.

As relações nas associações de moradores se caracterizam por serem horizontais e se pautarem no consenso. Por outro lado, as relações de gênero na associação de moradores tendem a reproduzir as desigualdades entre mulheres e homens. Conforme os depoimentos, nos eventos da entidade a divisão social do trabalho permanece e à mulher geralmente cabem as tarefas ligadas ao doméstico.

Apesar dos limites sociais e culturais à emancipação da mulher, as mudanças em sua vida na esfera pública tem sido mais visível do que na esfera privada. A participação da mulher no mundo do trabalho e nos movimentos sociais, levou para a esfera pública os problemas da esfera privada. Os problemas vividos no cotidiano do espaço doméstico, passa a tornar visível a negligência e a falta de políticas públicas do Estado. Como membro da associação de moradores, luta por qualidade de vida, reivindicando ao Estado água encanada, coleta de lixo, saneamento básico, creche, etc. Entendendo que esses serviços são condições mínimas de vida digna, luta por transformar suas reivindicações em direitos sociais.

Através dos depoimentos, observou-se que problemas vividos pela comunidade são percebidos por todos os membros da associação (mulheres e

homens), a diferença encontra-se nas prioridades dadas à solução dos problemas. (como por exemplo a construção da sede da associação ter prioridade sobre a creche).

As demandas por serviços e infra-estrutura não se constituem reivindicações específicas de gênero, mas trazem a marca das dificuldades por que passam as mulheres no cotidiano doméstico. É a partir da experiência no doméstico que surgirão suas reivindicações. Quando as mulheres publicizam os problemas da esfera privada, não lutam apenas no nível do consumo de serviços e equipamentos públicos, mas como uma forma de aliviar a sobrecarga de trabalho.

Na periferia das cidades a relação de vizinhança cultiva a amizade e o companheirismo. Manter boas relações de vizinhança é questão de segurança, pois a qualquer problema os vizinhos são os primeiros a serem recorridos. É a partir dessas relações que se formam os primeiros elos de uma rede com objetivos políticos: articular forças para o confronto com o Estado na demanda por políticas públicas.

As associações de moradores, tanto a APROCOM como a AMSOL, surgem do descontentamento de grupos de vizinhos com as condições de encaminhamento das demandas do bairro por melhorias e serviços públicos. As associações de moradores dirigem ao poder público as reivindicações, contestações e utopias dos moradores que representam. A organização de grupos de vizinhos para lutar por melhores condições de vida, passa também pela consciência de que buscar soluções para os problemas do bairro é responsabilidade de todos.

A partir da experiência na associação de moradores, as mulheres percebem que seus problemas domésticos, por estarem na esfera privada, não são diferentes de outras mulheres. Esse processo de identificação tem despertado um sentido de solidariedade à luta política das mulheres nas organizações de periferia, um exemplo é a unanimidade das mulheres na AMSOL pela construção de uma creche.

Os elos de relações (vizinhança e amizade) formados entre os indivíduos no cotidiano, tornam-se a base para formação de redes entre as demais organizações do bairro e da cidade. Aponta-se para um “novo papel público” destas organizações através da sua articulação com outras entidades e movimentos sociais. Essa estratégia de configuração de redes, vem sendo amplamente utilizada pelos atores coletivos no confronto com o Estado. As redes de organizações e movimentos tendem a formar uma nova cultura política, pois não atuam apenas no confronto ou negociação com o Estado, mas na incorporação de valores na prática política, tais como cooperação e solidariedade entre os diversos grupos que a compõem.

Como instrumento de articulação de diferentes interesses e grupos, as redes entre organizações constituem-se espaços por onde as relações entre o privado e o público são colocados em outros parâmetros na esfera pública. Essas novas formas de relação com o poder, têm facilitado a experiência feminina no trato com o poder público e com a esfera pública. Pode-se citar como exemplo o I ECOSG, encontro com as autoridades políticas em que as mulheres tomaram a frente na organização do evento.

Outro aspecto da formação de redes de relações tanto no nível interpessoal como no nível das organizações, é que esta prática se define pela simetria nas relações sociais. A direção do movimento é dada pelo coletivo, não pela hierarquia de cargos. Neste sentido as mulheres das associações demonstraram sentir-se mais a vontade. Durante muito tempo, as mulheres foram encapsuladas no privado e excluídas da participação na esfera pública, por isso não têm uma preocupação em participar da associação para obter um cargo. O cargo não interfere na sua participação, é um requisito burocrático. O que garante sua representatividade e reconhecimento não é o cargo, mas sua participação e o que de concreto faz para alcançar seu objetivo na associação: a melhoria da qualidade de vida em seu bairro.

Neste sentido, movimentos e organizações sociais têm se constituído em espaços para o exercício de cidadania das mulheres. A democracia formal não garante uma participação de todos os setores da sociedade, nem uma distribuição eqüitativa dos custos e benefícios sociais. O desencanto com a política, passa pelas experiências da associação no confronto com o poder público e pela sua incapacidade em atender as demandas populares. De maneira precária, o Estado vem ocupando-se de alguns interesses mais gerais dos cidadãos, tais como saúde, segurança, educação, habitação. Por outro lado, a cidade não conta com um planejamento que contemple a urbanização das periferias urbanas. Neste sentido as mulheres são as que mais sentem a falta de serviços e infra-estrutura urbana no cotidiano da vida doméstica. Os serviços públicos fornecidos não conseguiram aliviar o peso da sobrecarga de trabalho (elas ainda são responsabilizadas pelo trabalho doméstico e o cuidado com os filhos).

Outro aspecto do desencanto das mulheres com a política, é o distanciamento cada vez maior das decisões políticas do cotidiano dos indivíduos. Quando indagadas sobre o que pensavam da política, as mulheres a definiram como: interesseira, particularista, corrupta, clientelista e insatisfatória. Essa visão demonstra o quão distante está a política governamental das mulheres, não o inverso, pois sua luta nas associações de moradores mostra que elas fazem política e que aos poucos vem conquistando sua cidadania.

A participação das mulheres na associação de moradores se constitui basicamente na defesa de direitos mínimos de cidadania social quando se referem a conquistas de serviços públicos de qualidade. Quando publicizam os problemas do privado, o doméstico, lutam de forma indireta pelo reconhecimento de que o gênero deve fazer parte das políticas públicas. A presença da mulher na esfera pública, tem demonstrado que a democracia da vida social e política só será possível se a cidadania deixar de ser privilégio masculino e contemplar a outra metade da humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, Sônia and ESCOBAR, Arturo. *The making of social movimentes in Latin America: identity, strategy and democracy*. Boulder, CO: Westview Press 1992.
- _____. Engendering political change. *Engendering democracy in Brazil*. New Jersey: Princeton University Press, 1990. pp. 260-74.
- _____, et al. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. *Revista Estudos Feministas*. Rio: CIEC/UFRJ, n. 2, 1994. pp. 255-95
- BAQUERO, Marcelo. Participação política na América Latina: problema de conceituação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 53, 1981. pp. 7-34.
- BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: Mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. *Revista Estudos Feministas*. Rio: CIEC/ECO/UFRJ, 2º semestre, 1994. pp 38-54.
- BOPPRÉ, Afrânio. *Caderno Orçamento Participativo*. Florianópolis: Gabinete do Vice-prefeito, s/d.
- BOBBIO, Umberto; METTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Edunb, 1992.
- BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1987.
- BRITO, Maria Noemi Castilhos. *Gênero e cidadania: referenciais analíticos*. Porto Alegre: Departamento de Ciências Sociais, UFRGS, s/d. (mimeo).
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CALDERÓN, Adolfo Ignacio e GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. Família: a crise de um modelo hegemônico. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 46, 1994. pp. 21-34.

- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Isso é política: dilemas da participação entre o moderno e o pós-moderno. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 20, março de 1988.
- CASAGRANDE, Jacir L. *Movimentos sociais do campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 1991.
- CERRONI, Umberto. *Política: métodos, teorias, processos, sujeitos, instituições, categorias*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- COSTA, Sérgio. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, n. 38, 1994. pp. 38-52.
- DABOIT, Pedro. *Do sócio-religioso ao sócio-político: a nova relação entre o Movimento de Mulheres Agricultoras e a Igreja Católica no Oeste Catarinense*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Florianópolis, UFSC, 1996.
- DELGADO, Maria Berenice Godinho e SOARES, Vera. O movimento de mulheres na transição democrática brasileira. In: HELLMANN, Michaela. *Movimentos sociais e democracia no Brasil: "Sem a gente não tem jeito"*. São Paulo: Marco Zero, 1996.
- FANTIN, Maristela. *Sujeitos em mudanças: experiências populares de educação, organização e participação no Morro do Horácio - Florianópolis, entre 1982-1992*. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo: PUC, 1995.
- FISCHER, Tânia e CARVALHO, Juvelina. Poder local, redes sociais e gestão pública em Salvador - Bahia. In: _____ (Org.). *Poder Local: governo e cidadania*. Rio: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- GALEOTTI, Anna Elisabetta. Cidadania e diferença de gênero: o problema da dupla lealdade. In: GROPPI, Angela e BONACCHI, Gabriella (Org.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: UNESP, 1995. pp 235-61.
- GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. *BIB*. Rio: ANPOCS, n. 28, 2º semestre de 1989.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos, ONGs e lutas sociais no Brasil dos anos 90. Paper apresentado no GT Cidadania, Conflito e Transformações Urbanas. XIX Encontro Anual da AMPOCS, Caxambu, 1995.

- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo. Paz e Terra, 1992.
- IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Senso Demográfico Brasil*. Rio de Janeiro, 1991.
- JELIN, Elizabeth. *Ciudadanía e identidad: una reflexion final*. In: _____. *Ciudadanía e identidad: las mujeres en los movimientos sociales latino-americanos*. Genebra: UNRISD, 1987.
- _____. *Familia y género: notas para el debate*. *Revista Estudos Feministas*. Rio: UFRJ/IFCS/PPCIS, vol. 3, n.2, 1995. pp. 394-413.
- KUHNEN, Ariane. *Reciclando o cotidiano: representações sociais do lixo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.
- LOBO, Elizabeth. *O público, o privado e a ótica da diferença*. Seminário *Movimentos Sociais: Leituras dos Anos 80*. Araraquara, SP: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, 1993. (mimeo).
- LOPES, José Rogério. *Das famílias "desestruturadas" às famílias "recombinadas": transição, intimidade e feminilidade*. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 46, 1994. pp. 5-20.
- LUCHMANN, Lígia H. H. *Cotidiano e democracia na organização da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 1991.
- MACEDO, Carmem Cinira. *Tempo de gênese: o povo das Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARQUES, Siomara. *A questão do gênero nos movimentos sociais em Florianópolis*. Monografia de Conclusão de Curso. Florianópolis, UFSC, 1993.
- MARTINS, Clítia Helena Bachx. *Mulher e política: as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 1987.
- MASSI, Marina. *Vida de mulheres: cotidiano e imaginário*. Rio: Imago, 1992.
- MÜLLER, Kathia T. *Organização de moradores de Florianópolis numa perspectiva de necessidades radicais*. Dissertação de mestrado em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 1992.

- NETTO, José Paulo e FALCÃO, Maria do Carmo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 1989.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher e Política no Brasil: Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. In: *Revista de Estudos Feministas*. Rio: IFCS/UFRJ, n. especial, 1994.
- _____. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio: Rosa dos Tempos/Fundação Getúlio Vargas, 1992. pp. 127-150.
- RIOT-SARCEY, Michèle. A democracia representativa na ausência das mulheres. In: *Revista de Estudos Feministas*. Rio: IFCS/UFRJ, n. especial, 1994.
- ROLNIK, Suely. Cidadania e alteridade: o psicólogo, o homem da ética e a reinvenção da democracia. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.
- ROSALDO, Michele Zimbalist e LAMPHERE (Coord.). *A Mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. Estrutura de gênero da cidadania. In: BONACCHI, Gabriella e GROPPI, Angela (Orgs.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: UNESP, 1995. pp. 205-34.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais*. Série Didática. Florianópolis: UFSC, 1989.
- _____. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: n.3, v.8, SEAD, Jul/Set 1994.
- _____. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. *Cadernos de Pesquisa*. Florianópolis: PPSP/UFSC, 1995b.

- SCHMUKLER, Beatriz. Las mujeres en la democratización social. *Revista Estudos Feministas*. Rio: IFCS/UFRJ, vol. 3, n. 1, 1995.
- SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: 16(2), jul/dez 1990. p. 5-22.
- SILVA, Ana Amélia da. Dimensões da interlocução pública: cidade, movimentos sociais e direitos. In: DINIZ, Eli; LOPES, José S. L. e PRANDI, Reginaldo (Orgs.). *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo: ANPOCS/IPEA/UCITEC, 1994. pp. 204-24.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve histórico do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é História, n. 145, 1993.
- TOURAINE, Alain. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. Campinas: UNICAMP/Trajectoria Cultural, 1984.
- VARIKAS, Eleni. Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. *Revista Estudos Feministas*. Rio: IFCS/PPCIS/UFRJ, n1, 1996. pp 65-94.
- VIEZZER, Moema. *O problema não está na mulher*. São Paulo: Cortez, 1989.
- VILLASANTE, Tomás. Novos paradigmas e redes sociais. In: FISCHER, Tânia. *Poder local: governo e cidadania*. Rio: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- WOSNY, Antonio de Miranda. *Nasce o Sol no Sol Nascente*. Dissertação de Mestrado em Enfermagem. Florianópolis: UFSC, 1994.

LISTA DE SIGLAS

ACOLJOGOC - Associação Comunitária João Gonzaga da Costa

AMPAF - Associação de Moradores do Parque da Figueira

AMSOL - Associação de Moradores do Morro do Sol Nascente

APROCOM - Associação Pró-Comunidade do Monte Verde

APROCRUZ - Associação Pró-Comunitária do Caminho da Cruz

CASAN - Companhia de Água e Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CECCA - Centro de Estudos, Cultura e Cidadania

COHAB - Companhia de Habitação

COMCAP - Companhia de Melhoramentos da Capital

COMOSG - Centro Comunitário do Bairro Saco Grande

I ECOSG - I Encontro de Comunidades do Bairro Saco Grande II

MUCOF - Movimento Unificado de Entidades Comunitárias de Florianópolis

NEPEPS - Núcleo de Estudo em Políticas de Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina

ONG - Organização Não-Governamental

UBM - União Brasileira de Mulheres

UBS - Unidade Básica de Saúde

UFECO - União Florianopolitana de Entidades Comunitárias